



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS DO SERTÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

AMANDA IALLY FAGUNDES DE ANDRADE

Usos sociais e territorializações na praça Nossa Senhora do Rosário e na praça São
Cristóvão em Delmiro Gouveia – AL

DELMIRO GOUVEIA – AL

2022

AMANDA IALLY FAGUNDES DE ANDRADE

USOS SOCIAIS E TERRITORIALIZAÇÕES NA PRAÇA NOSSA SENHORA DO
ROSÁRIO E NA PRAÇA SÃO CRISTÓVÃO EM DELMIRO GOUVEIA - AL

Trabalho de conclusão de curso – TCC
apresentado ao curso de Geografia Licenciatura
da Universidade Federal de Alagoas, Campus
do Sertão, como requisito para obtenção de
título de Graduada em Geografia –
Licenciatura.

Orientador: Prof. Me. Kleber Costa da Silva.

DELMIRO GOUVEIA – AL

2022

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca do Campus Sertão
Sede Delmiro Gouveia

Bibliotecária responsável: Renata Oliveira de Souza CRB-4/2209

A553u Andrade, Amanda Ially Fagundes de

Usos sociais e territorializações na Praça Nossa Senhora do Rosário e na Praça São Cristóvão em Delmiro Gouveia - AL / Amanda Ially Fagundes de Andrade. – 2022.
75 f. : il.

Orientação: Kleber Costa da Silva.

Monografia (Licenciatura em Geografia) – Universidade Federal de Alagoas. Curso de Geografia. Delmiro Gouveia, 2022.

1. Território. 2. Espaço urbano. 3. Praça Nossa Senhora do Rosário. 4. Praça São Cristóvão. 5. Praça pública. 6. Delmiro Gouveia - Alagoas. I. Silva, Kleber Costa da. II. Título.

CDU: 911.3

FOLHA DE AVALIAÇÃO

AMANDA IALLY FAGUNDES DE ANDRADE

**USOS SOCIAIS E TERRITORIALIZAÇÕES NA PRAÇA NOSSA SENHORA DO
ROSÁRIO E NA PRAÇA SÃO CRISTÓVÃO EM DELMEIRO GOUVEIA-AL**

Trabalho de Conclusão de Curso de
Graduação em Geografia – Licenciatura
– submetida ao corpo docente da
Universidade Federal de Alagoas,
Campus do Sertão, e aprovada em 12
de dezembro de 2022.

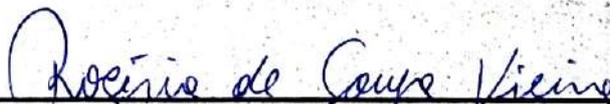
Banca Examinadora:



Prof. Me Kleber Costa da Silva, UFAL (Orientador)



Prof. Dr. Suana Medeiros Silva, Campus do Sertão, UFAL (Examinadora Interna)



Profª Me. Rogéria de Souza Vieira (Examinadora Externa)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus e a São José pela graça alcançada de poder ter terminado esse trabalho tão desafiador para minha rotina diária, sem Deus eu não teria conseguido. Em segundo lugar, aos meus pais Idália Fagundes e Adalberto Pereira, pelas palavras de apoio e força e determinação que me ensinaram a ter desde criança. Ao meu noivo, João Paulo, pela paciência e compreensão nos momentos difíceis. À minha amiga, Amanda Oliveira, companheira de graduação e que mesmo estando em outro país sempre esteve pronta a tirar minhas dúvidas e me incentivar a concluir este trabalho.

Agradeço também ao corpo docente do curso de geografia, meus professores da graduação por todo os ensinamentos durante esses anos que fiz parte da universidade, em especial ao Professor Kleber, que me guiou na orientação deste trabalho, sou grata por toda paciência e compreensão.

RESUMO

O território é o principal meio de reprodução social. Nele desenvolvem-se as relações de poder e domínio do espaço. É sabido também que o território só se consolida a partir dos seus usos e apropriações por meio dos atores sociais presentes no mesmo. Nesse contexto, o presente trabalho tem como objetivo principal analisar o processo de territorialização envolvido na dinâmica da praça Nossa Senhora do Rosário e da praça São Cristóvão, localizadas na cidade de Delmiro Gouveia – AL. Este escrito trata-se de uma investigação sobre os usos sociais e territorializações junto as referidas praças com o objetivo de direcionar o olhar para a realidade urbana e relacionando com a bibliografia de autores que abordam a temática presente em questão.

Palavras-chave: Território; Espaço urbano; Praça pública.

ABSTRACT

Territory is the main means of social reproduction, where power relations and space domain are developed. It is also known that the territory is only consolidated from its uses and appropriations through the social actors present in it. In this context, the present work has as main objective to analyze the territorialization process involved in the dynamics of Nossa Senhora do Rosário park and São Cristovao park, located in the city of Delmiro Gouveia – AL. This writing is an investigation about the social uses and territorialization along the referred parks with the objective of directing the look to the urban reality related to the biography of authors that approach the presente theme in question.

Key words: Territory; Urban Space; Public square.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Estação ferroviária da Pedra	17
FIGURA 2 – Museu da Pedra	18
FIRURA 3 – Vila operária	22
FIGURA 4 – Vila operária	22
FIGURA 5 – Rua do Progresso	24
FIGURA 6 – Avenida Presidente Castelo Branco	26
FIGURA 7 – Calçada do povo	27
FIGURA 8 – Feira livre	28
FIGURA 9 – Feira livre	29
FIGURA 10 – Capela do Rosário	30
FIGURA 11 – Capela do Rosário	31
FIGURA 12 – Praça Nossa Senhora do Rosário	31
FIGURA 13 – Igreja matriz	32
FIGURA 14 – Praça da matriz	33
FIGURA 15 – Obra da praça São Cristóvão	34
FIGURA 16 – Terreno da Praça São Cristóvão	34
FIGURA 17 – Praça São Cristóvão	35
FIGURA 18 – Imagem dos espaços públicos	39
FIGURA 19 – Fábrica da Pedra	40
FIGURA 20 – Shopping da Vila	41
FIGURA 21 – Praça Nossa Senhora do Rosário	45
FIGURA 22 – Ambulante de entretenimento infantil	46
FIGURA 23 – Quiosque na Praça da Vila	47
FIGURA 24 – Territorialização na Praça da Vila	48
FIGURA 25 – Praça São Cristóvão	49
FIGURA 26 – Quiosque na praça São Cristóvão	49
FIGURA 27 – Ambulante diurno na praça São Cristóvão	52

FIGURA 28 – Ambulante noturno na praça São Cristóvão	52
FIGURA 29 – Quadra de esportes (dia)	54
FIGURA 30 – Quadra de esportes (noite)	54
FIGURA 31 – Quiosques na praça São Cristóvão	55
FIGURA 32 – Food Truck 1 na praça da Vila	56
FIGURA 33 – Food Truck 2 na praça da Vila	56
FIGURA 34 – Pizzaria na praça da vila	57
FIGURA 35 – Ambulante na praça da Vila	58
FIGURA 36 – Coreto na praça São Cristóvão	59
FIGURA 37 – Coreto na praça Nossa Senhora do Rosário	59

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS CONCEITUAIS	4
1.1 Noções de Espaço Público.....	4
1.2 Usos Sociais do Espaço Público	9
1.3 Territorializações no/do espaço público	13
2. OS ESPAÇOS PÚBLICOS DELMIRENSES	17
2.1 A afirmação histórica da cidade e dos espaços públicos de Delmiro Gouveia	17
2.2 Atores e agentes sociais produtores dos usos e territorializações nos espaços públicos de Delmiro Gouveia.....	36
2.2.1 As concepções de atores sociais.....	36
2.2.2 Atores e agentes sociais delmirenses	38
3. USOS E TERRITORIALIZAÇÕES NO ESPAÇO PÚBLICO DE DELMIRO GOUVEIA – AL	44
3.1 Espaços e territórios usados junto à praça Nossa Senhora do Rosário e praça São Cristóvão	44
3.2 Espaços territorializados junto à praça Nossa Senhora do Rosário e na praça São Cristóvão	50
CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
REFERÊNCIAS	63

INTRODUÇÃO

O território público é consolidado a partir dos seus usos sociais, pela participação da comunidade e como ela se apropria desse espaço. Além disso, ele também está relacionado à apropriação do sujeito no território fixo, nos fluxos, na cultura, significados, entre outros sentidos (SILVA, 2020).

A proposta do trabalho surgiu a partir da vivência com o local, seguida do interesse investigativo de como se desenvolvem as relações territoriais em espaços públicos compartilhados. Isso se deu através da observação do cotidiano das praças públicas, sem esquecer de mencionar a afirmação histórica da cidade de Delmiro Gouveia, pautada nos acontecimentos que levaram a existência da cidade de Delmiro dos dias atuais.

O território é a categoria de análise central da pesquisa, este é cercado de elementos e significados geográficos. Essa categoria de análise geográfica é essencial para que outras relações sociais se desenvolvam no cotidiano das cidades, como também suas várias territorialidades, ou seja, o modo como este território é apropriado e vivido.

Pensando nisso, se tem como alvo a cidade de Delmiro Gouveia, que é uma cidade carregada de um passado histórico valioso. Por ser uma cidade em expansão o território vem sofrendo modificações significativas nas últimas décadas e esse processo faz com que novas percepções surjam.

Santos (1977) diz que:

O espaço reproduz a totalidade social na medida em que essas transformações são determinadas por necessidades sociais, econômicas e políticas. Assim, o espaço reproduz-se, ele mesmo, no interior da totalidade, quando evolui em função do modo de produção e de seus momentos sucessivos. Mas o espaço influencia também a evolução de outras estruturas e, por isso, torna-se um componente fundamental da totalidade social e de seus movimentos (SANTOS, 1977. p, 6).

É a partir da expansão do espaço, como citado por Santos (1977), que ocorrem as transformações sócio espaciais, por meio de vários fatores, como por exemplo, a expansão do capital, salto que ocorreu na cidade de Delmiro após a chegada do seu fundador Delmiro Augusto da Cruz Gouveia.

Assim, o movimento de territorializar se expande cada vez mais e os espaços públicos da cidade são exemplo do processo de expansão do território urbano, poderemos observar estas evoluções no capítulo 2 deste escrito.

O alvo da pesquisa se deu com base nas duas principais praças da cidade: Praça Nossa Senhora do Rosário e Praça São Cristóvão, localizadas na cidade de Delmiro Gouveia – AL. Tais motivações me levaram a querer compreender a dinâmica territorial destes espaços pelas pessoas que os frequentam, os elementos presentes e o contexto envolvido no dia a dia destas praças que mesmo tendo funcionalidades parecidas tornam-se únicas pelas suas particularidades.

A partir de então surgiu o tema: Usos sociais e territorializações na praça Nossa Senhora do Rosário e praça São Cristóvão. Seguido do problema de pesquisa: Como se desenvolvem os usos sociais e territorializações cotidianas junto à praça Nossa Senhora do Rosário e à praça São Cristóvão em Delmiro Gouveia – AL?

A presente investigação é primordial para o aprofundamento de uma abordagem recorrente no dia-a-dia da cidade. Esta segue com o intuito de aprofundar tais abordagens através do olhar geográfico, fazendo relação a partir da interação do homem com o território em que vive.

A categoria de análise território é fundamental para o estudo da Geografia como ciência. Através dessa percepção o escrito tem o comprometimento de esclarecer a relação social com o território e o surgimento de novas territorialidades.

Assim, o problema de pesquisa é indispensável ao olhar geográfico, visto que as praças são lugares de encontro e lazer em meio a movimentação cotidiana da cidade e reafirmam a identificação com a mesma.

Para além do lazer é também nas praças que muitas famílias encontram o seu sustento isso porque com o desenvolvimento do centro urbano outras formas de aproveitamento dos espaços públicos surgem cotidianamente.

Tendo em vista tais fatos, a importância do tema se destaca para a construção de conhecimento científico fazendo prevalecer o aprofundamento teórico-conceitual e reflexões através da realidade pesquisada.

Para o desenvolvimento da pesquisa, foi utilizado o arcabouço teórico fundamentado em autores da geografia que se relacionam com a temática proposta, principalmente sobre as questões de território e territorialidade que são foco da pesquisa. Foram utilizadas obras de autores como Santos (1999), Silva (2019), Haesbaert (2004), Silva (2016), Fuini (2017), entre outros.

Como procedimentos metodológicos utilizados nesse trabalho tive como base estudo de caso fundamentado na investigação das duas referidas praças, com o intuito de

aprofundar os contextos sociais e simbólicos envolvidos na realidade das praças bem como a pesquisa documental por meio de arquivos fotográficos e através de conversas com os atores sociais que fazem parte destes espaços.

O trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro são abordados os pressupostos teóricos conceituais sobre noções de espaço público com base em Santos (2012), Serpa (2007), Gomes (2018) e Mesquita (2015); A partir de então, discorre-se como se produzem os espaços no meio urbano com foco nos espaços públicos sociais e como surgem as territorializações.

No segundo capítulo, são feitas considerações sobre os espaços públicos delmirenses relacionando o passado com o presente e evidenciando os principais espaços públicos da cidade. A partir de então, desenvolvem-se as concepções filosóficas sobre atores sociais e como os atores sociais agem nos principais espaços públicos delmirenses. Como embasamento teórico foram usadas obras de Fuini (2017), Nascimento (2018), Ferreira (1959), Gonçalves (2010) entre outros autores.

No terceiro capítulo, são especificados os espaços e territórios territorializados junto às praças Nossa Senhora do Rosário e São Cristóvão, fazendo relação com o arcabouço teórico descrito no primeiro capítulo e com a categoria de análise paisagem, visto que as praças possuem um território flexível, ou seja este muda de acordo com horários e até mesmo dia da semana, apresentando uma visão diferente a quem observa.

Em um segundo momento foram usados registros fotográficos para comprovar o dia a dia destes espaços assim como relatos dos agentes sociais que territorializam as praças, afim de elucidar como ocorrem as territorializações nestes locais.

A finalidade desta investigação é contribuir com o crescimento do conhecimento Geográfico e voltar os olhares do leitor para o exercício de percepção do território e do contexto urbano, aguçando o olhar crítico para o que a realidade territorial urbana nos oferece, com ênfase na profissão docente em geografia, para que possamos fazer com que a sala de aula se estenda para fora da escola e que o ensino seja sempre transformador afim de formar cidadãos críticos e ativos na sociedade.

1. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS CONCEITUAIS

1.1 Noções de Espaço Público

Para a construção desse texto, baseado na reflexão do conhecimento geográfico, busca-se dissertar sobre o conceito de espaço público no âmbito da cidade, fazendo ligação a realidade da Praça Nossa Senhora do Rosário e Praça São Cristóvão, popularmente conhecida como praça do bairro Novo.

O termo espaço público remete à aquilo que está ao alcance de todos sem custo de uso ou restrição social. Assim como frisa Santos (2012, p. 85): “O espaço é a totalidade verdadeira, porque dinâmica, resultado da geografização da sociedade sobre a configuração territorial”. Baseado em Santos (2012), o espaço público é aquele destinado à sociedade sem custo de uso, diferenciando-se do privado por ser de fácil acessibilidade.

O espaço público é o ambiente de convívio social onde as pessoas que frequentam criam laços entre si e com o lugar, disponíveis todos os dias e horários do ano. Santos (2008, p. 39) reforça: “O lugar é a oportunidade do evento. E este, ao tornar-se espaço, ainda que não perca suas marcas de origem, ganha características locais. É como se a flecha do tempo se entortasse no contato com o lugar”.

O lugar como categoria Geográfica está relacionado à afetividade da sociedade com o território e com a relação estabelecida nele. A vivência ajuda a compreender a proximidade dos grupos sociais em escolher seu lugar baseado nos seus gostos e interesses, em viver o território e partilhá-lo.

Contrapartida temos o espaço privado, que tem como característica uma administração seletiva dos grupos que o frequentam sendo controlado por meio do capital dinheiro, ou seja, as pessoas na maioria das vezes pagam para usá-lo, como afirma Serpa (2007):

O espaço público como o espaço da ação política, ou ao menos, da possibilidade da ação política na contemporaneidade, como mercadoria para o consumo de poucos, dentro da lógica de reprodução e reprodução do sistema capitalista na escala mundial. Ou seja, ainda que seja público, poucos se beneficiam desse espaço teoricamente comum a todos (SERPA, 2007, p. 9).

O autor relaciona a seletividade do espaço público com a partilha do espaço na sociedade, como sendo um bem incomum a todos, ou seja, os atrativos presentes no

espaço público selecionam quem irá frequentá-lo e usufruir do mesmo, reforçando a ideia de que mesmo público esse espaço não vai beneficiar a todos.

O capital é um forte controlador não só do privado como também do espaço público das cidades, já que uma construção pública será propícia a valorização da região em que estará situada.

Assim, Lefévre (1917) e Corrêa (2011) discorrem sobre o espaço público da seguinte maneira:

Do espaço não se pode dizer que seja um produto como qualquer outro, um objeto ou uma soma de objetos, uma coisa ou uma coleção de coisas, uma mercadoria ou um conjunto de mercadorias (...). Estaria essencialmente vinculado com a reprodução das relações (sociais) de produção (LEFÉVRE, 1976, p.34 apud CORRÊA, 2011b, p.26).

Segundo Lefévre (1976) e Corrêa (2011), o espaço se materializa para a sociedade e junto a ela cria uma relação de dependência e reprodução social que contribui com a dinâmica de funcionamento do território tratando o espaço público como determinante à concretização das cidades, assim, observa-se a importância que as ações sociais tem no funcionamento do território.

O espaço geográfico começa a fazer sentido e ser representado a partir das territorialidades, ou seja, da forma como ele é apropriado. Segundo Haesbaert (2004, p.1): “território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional “poder político”. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação”.

Desse modo, o espaço geográfico é o agente que concretiza os objetos presentes nele e solidifica as reproduções sociais. É a partir de relações culturais estruturadas no contexto território, que os usos do espaço público são usufruídos e estes adquirem diversas funcionalidades.

As funcionalidades podem ser exemplificadas através de atividades de lazer, reuniões, eventos, comércio, esportes entre tantas outras atribuições com as características e particularidades de cada local, servindo para serem reconhecidos. De acordo com Gomes (2018, p. 115): “Espaços públicos são associados a certas formas físicas – ruas, praças, parques, etc. Essas formas, no entanto, só ganham sentido na maneira como são estruturadas e vividas [...]”. A colocação feita pelo autor é importante para a compreensão das características que compõem o espaço público, visto que a

estrutura visual ajuda a diferenciação paisagística dos locais públicos, mas é com a vivência que os lugares surgem e começam a fazer sentido socialmente.

Para Mesquita (2015) o espaço público, em especial no âmbito da praça, pode ser descrito da seguinte maneira:

O espaço público só tem sentido com a presença dos seres humanos urbanos. A praça é isso, lugar de vida, de interação social, onde a comunidade se reúne. As praças já foram locais de manifestações, revoltas, discussão de ideias e de confrontos políticos. Não que tais usos não possam existir, mas a vida da praça está no lazer diário, cotidiano, de pessoas que gostam de um bom papo, de conhecer outras pessoas ou de ler um bom livro ao ar livre (MESQUITA, 2015, p.16).

As ações desenvolvidas no território público podem torná-lo mais ou menos acessível e atrativo à outras pessoas. Em cidades do interior podemos perceber a relação de familiaridade das pessoas com o lugar onde vivem, como descreve Gomes (2018, p. 116): “[...] o aspecto mais importante de um domínio público são os princípios que estruturam as interações entre as pessoas”.

A partir dessa perspectiva, destaca-se a convivência social, que dá sentido aos ambientes públicos urbanos, é através dela que a relação homem/espaço se estabelece, onde os vínculos com o lugar são solidificados e os laços afetivos começam a surgir. Todavia, não somos capazes de vivenciar todos os ambientes públicos da cidade, somos atraídos pelos que mais se identificam com nossas vivências. Destarte, Silva (2021):

Frisa-se a óbvia constatação de que não podemos vivenciar todos os lugares ao mesmo tempo, então fazemos escolhas e tratamos essas nossas decisões baseado em nossos valores, intencionalidades e possibilidades de conhecimento, de julgamento e de enfrentamento social (SILVA, 2021, p.17).

Assim, constata-se que as atratividades e escolhas dos lugares pela comunidade também se dão pela identificação do sujeito com o território. Um lugar onde as pessoas podem se exercitar, ter um momento de lazer ou socializar serão um forte atrativo a população.

A valorização social atribui características ao lugar assim como também o delimita. Pode-se comparar a atratividade de uma praça central a uma de bairro, a movimentação em torno do centro irá atrair uma gama de pessoas maior, baseado no fluxo social existente na região.

Segundo a teoria dos fixos e fluxos descrita por Milton Santos (2012), os fixos são os locais existentes na cidade, aqueles que podem aparecer em mapas ou satélites, já os fluxos são a movimentação existente nesses locais.

Santos (2012, p. 86) descreve que: “Os fluxos são o movimento, a circulação e assim eles nos dão também a explicação dos fenômenos da distribuição e do consumo”. Enquanto “[...] o estudo dos fixos permite uma abordagem mais cômoda, por meio dos objetos localizados: agências de correio, sucursais bancárias, escolas, hospitais, fábricas... cada tipo de fixo surge com suas características, que são técnicas e organizacionais”.

Um exemplo de fixo e fluxo pode ser dado onde a praça é o fixo e o fluxo é a movimentação envolvida no lugar, fluxos de pedestres, ciclistas, comerciantes que usando do espaço público tiram o seu sustento, atividades festivas, lazer entre outras funções.

É desse modo que os vínculos se estabelecem e afinidades com o local se solidificam, a partir da vivência com o espaço. Segundo Gomes (2018):

O público se constitui de uma reunião de entes, indivíduos, com qualidades, interesses, valores e projetos diversos. A convivência impõe regulações e limites para a satisfação parcial desses diferentes interesses. A pessoa pública, o cidadão é um sujeito de direito e de deveres. Tudo isso, é fácil perceber, variou e varia em termos de tempo e espaço (GOMES, 2018, p. 117).

O espaço vivido é para além de um simples lugar de passeio, ele é constituído principalmente do afeto que é criado com o lugar, as lembranças e emoções que estes proporcionam e o sentido de familiaridade em ali estar.

Assim surgem as produções do lugar, o convívio entre grupos de pessoas diferentes no mesmo ambiente faz com que surjam relações que não seriam possíveis se não a partir da vivência do lugar.

A vivência dos locais públicos na cidade também é cartão de visita e ponto turístico para quem passa pela cidade, as praças possuem esse atrativo por ser um local de encontros e diálogo entre diferentes grupos sociais e turistas dispostos a conhecer mais a cidade. Como descreve Mesquita (2015):

Quando as pessoas vêm à cidade, não vêm apenas para vivenciar e usufruir os serviços de saúde e de lazer como, por exemplo, o Shopping. Elas vêm também para usufruir da praça. E o que mais atrai as pessoas na praça são as outras pessoas. Assim, elas tendem a se sentar onde há

lugar para se sentar, desde que este seja interessante e atrativo (MESQUITA, 2015, p. 62).

A reafirmação do sujeito com o lugar se solidifica através das vivências mencionadas *a posteriori*, onde o espaço público trata significados singulares a cada indivíduo que estabelece uma relação carregada de simbologias com o lugar. Serpa (2007) afirma que:

O espaço público transforma-se, portanto, em uma justaposição de espaços privatizados; ele não é partilhado, mas, sobretudo, dividido entre os diferentes grupos. Consequentemente, a acessibilidade não é mais generalizada, mas limitada e controlada simbolicamente (SERPA, 2007, p. 36).

O espaço torna-se limitado graças à seletividade dos grupos que o frequentam, baseado nas escolhas individuais os grupos sociais irão colonizar seu espaço simbolicamente, ou seja, delimitando o uso, funcionalidade e criando até barreiras imateriais para delimitar seus espaços. É desse modo que o espaço público compartilhado também tem caráter privado, por meio dos atores sociais surgem novas territorializações e delimitações ou manifestações simbólicas.

É por meio de apropriações sociais que o espaço público também tem características de privado. O surgimento de empreendimentos comerciais pode ser citado como uma forma de privatização no espaço público pois nesse local se fixam por exemplo, lanchonetes ou quiosques, responsáveis por criar uma forma de segregação do espaço através do capital.

Assim surgem as divisões do espaço como mencionado por Serpa (2007) anteriormente, por meio dos atores sociais e da simbologia que o espaço público, em especial as praças, desenvolve no âmbito da cidade. Para Gomes (2018, p. 116): “Trata-se, portanto, de uma comunidade e não de uma sociedade que, ao contrário, pressupõe a relação entre diferentes indivíduos”.

A forma de partilhar o espaço passa a ser controlada por esses mesmos grupos que o territorializam e criam um lugar de encontro especial para si em meio ao espaço público ou seja, um ponto de lazer e interação, visto que a praça é um local de encontro entre desconhecidos. À medida que a sociedade utiliza o espaço público ele se torna funcional e seus valores serão atribuídos a partir do uso do mesmo.

1.2 Usos sociais do Espaço Público

O espaço social é aquele em que o homem desenvolve múltiplas atividades relacionando suas vivências com a comunidade e com o território. Assim como descreve Moraes (2005, p. 15): “O espaço produzido é um resultado da ação humana sobre a superfície terrestre que expressa, a cada momento, as relações sociais que lhe deram origem”. As ações desenvolvidas no território, ou seja, os usos sociais, estão atrelados a apropriação do espaço público pelos sujeitos.

O fator simbólico é uma vertente importante a vinculação do sujeito com o espaço e no que diz respeito à vivência deste. A produção do espaço para o autor só é possível através da ação antrópica sob o território, modificando-o ao longo do tempo. De acordo com Moraes (2005):

As formas espaciais produzidas pela sociedade manifestam projetos, interesses, necessidades, utopias. São Projeções dos homens (reais, seres históricos, sociais e culturais), na contínua e cumulativa antropomorfização da superfície terrestre (MORAES, 2005, p. 22).

No que diz respeito a produção do espaço pelo sujeito social, a dinâmica estabelecida pelos grupos que frequentam um determinado espaço público ou qualquer parte do território o modifica diretamente. Silva (2020) frisa que:

As interações e os usos do espaço público podem ser vistos segundo uma consideração sociológica elementar, o das interdependências sociais que firmam as idéias de cidade e de espaço social. Escalas micro ou macrosociais diversas, assim, revelam que os sujeitos obedecem ao ímpeto de serem acionados socialmente porque dependem uns dos outros (SILVA, 2020, p. 92).

A relação social entre os grupos que fazem uso do espaço público é o ponto principal para que o espaço público seja usado. A interdependência que o autor tece consideração é justamente a relação social presente no espaço público urbano. Com a solidificação dessas relações surge uma relação simbólica entre as pessoas, essa interdependência também serve para firmar as diferenças dos sujeitos na partilha do espaço público e a sua permanência nele.

As diferenças dos sujeitos estão presentes ao observarmos uma praça pública, por exemplo, as diferenças criam novos significados ao espaço público ao mesmo tempo que

é nas diferenças sociais que as relações e usos sociais acontecem. O espaço é reflexo das ações dos sujeitos sociais sobre ele. Santos (2009, p. 317) diz: “O espaço se dá ao conjunto dos homens que nele se exercem como um conjunto de virtualidades de valor desigual, cujo uso tem de ser disputado a cada instante, em função da força de cada qual”.

Logo, a vivência do espaço é compreendida pela interação entre as pessoas que frequentam o lugar e o partilham, como destacou o autor sobre a disputa pela ocupação do território. A disputa territorial não é necessariamente de combate direto, mas, pode ser entendida a partir da ocupação do território pelo sujeito social, uma forma de identificação do sujeito com o espaço e os usos que podem ser extraídos daquela localidade.

O território só pode ser denominado território a partir da dimensão de território usado, portanto, Santos (1999) afirma que:

Essa ideia de território usado, a meu ver, pode ser mais adequada à noção de um território em mudança, de um território em processo. Se o tomarmos a partir de seu conteúdo, uma forma-conteúdo, o território tem de ser visto como algo que está em processo. E ele é muito importante, ele é o quadro da vida de todos nós, na sua dimensão global, na sua dimensão nacional, nas suas dimensões intermediárias e na sua dimensão local. (SANTOS, 1999, p.19)

O território vive em constante mudança pelos processos sociais e fluxos que existem no espaço sejam eles locais ou globais. A mudança citada por Santos (1999) tem fundamento nesses processos e na apropriação do território pelo sujeito ou pelo capital, com base nesses usos cada lugar terá suas características previamente definidas visto que o território vive em mudança. A funcionalidade do espaço é um dos fatores que dão sentido aos usos dos espaços públicos urbanos, é através dela que a relação homem/espaço se estabelece.

É no território usado que os vínculos com o lugar se firmam com base nos usos sociais, haja visto que não há espaço público sem a sociedade atuando e modificando o território. Ademais, Santos (1999, p. 18) reforça que: “O território não é uma categoria de análise, a categoria de análise é o território usado”. Frisa se, portanto, que o território por si só não tem valor de estudo, somente a partir dos seus usos/ocupações é que surge uma categoria de análise geográfica.

O território adquire característica de espaço de uso e encontro para a comunidade, visto que engloba a vivência de cada um que frequenta e o modifica. De acordo com Silva (2020):

Os usos e valorizações específicas produzem também tipos específicos de espaços públicos, nesse sentido. Isso diz respeito a uma construção histórica dos valores e das interações sociais, das escolhas e das intencionalidades dos sujeitos, e das interdependências necessárias ao andamento da vida coletiva (SILVA, 2020, p. 16).

Os atores sociais serão os grandes responsáveis pela produção do espaço usado. Cada espaço possui características definidas com base na temática social envolvida no lugar. Ao analisarmos uma praça, por exemplo, notamos particularidades que só condizem a realidade daquele lugar baseados na coletividade e usos espaciais pertencentes à aquela espacialidade.

Por meio das intencionalidades do sujeito podemos levar em consideração o valor simbólico que a interação social nos espaços públicos representa na comunidade. Mesquita (2015, p. 70) cita que: “As representações são criadas nos processos de comunicação que os grupos estabelecem entre si, o que reitera que representações não são criadas por um indivíduo isoladamente”. É baseado nessas premissas que notamos a importância que têm o território usado. A relação de uso espacial é a chave para os estudos e reflexões sobre o simbolismo e crescimento das relações sociais fundamentadas no uso do território.

Assim, a partir dos usos e simbolismo surgem os lugares de identificação do sujeito com o território. Gomes (2018, p. 118) reforça que: “Uma vez que nos é garantida a legitimidade das diferenças individuais, estar junto sobre um mesmo espaço significa a possibilidade de exibir características próprias e independentes”. A diferença social existente no território usado garante que o espaço sempre será diversificado. A diferença de cada indivíduo trará novos significados para o local enriquecendo o convívio coletivo e representação simbólica no lugar.

É de grande valor cultural a convivência social no espaço público. É nele que surgem os laços afetivos na comunidade, como destacado por Gomes (2018) ao tecer comentários sobre os usos sociais no espaço:

O espaço público é um elemento comunicacional primário, não apenas na maneira como é organizado, mas também pelo modo como é ativado nas ações que aí tem lugar. São espaços de amplo diálogo social e evidentemente não o estamos restringindo à expressão oral, atos, gestos, formas de apresentação e até mesmo a simples presença é portadora de sentido e de comunicação. Por isso, espaços públicos convidam à observação e a vivência da alteridade. Por último, como espaços de comunicação, de visibilidade, além de permitirem a observação são

portadores de reflexividade: observamos e somos observados (GOMES, 2018, p. 118).

A relação de uso do território não é só para quem o utiliza com frequência, pedestres ou turistas, por exemplo, também são atores sociais que utilizam e modificam o espaço. Frisa-se também a comunicação e vivência sociais no espaço como premissas indispensáveis a constituição dos usos territoriais. Estas fundamentam a relação sujeito/lugar com base na relação social e suas afetividades.

O cidadão ao fazer uso dos espaços além de tornar-se modificador também adquire o papel de observador, somos observadores e observados a todo momento, porém, em um ambiente público nossas ações se tornam mais visíveis ao coletivo. Para a Geografia, esse cidadão observador de senso crítico que vê além da simples paisagem da cidade é denominado Flâneur. Com base em Silva (2020):

O Flâneur é um tipo especial de ser humano moderno, um apostador das sensibilidades, colecionador de impressões, que pára num instante qualquer, respira e medita sobre acontecimentos e expressões do cotidiano urbano. A sua cidade é uma obra de arte, ela guarda as presenças de todos nós, e o Flâneur confronta os seus imaginários com as suas poesias, articula a inteligência com a análise e a interpretação na tentativa de perceber para compreender (SILVA, 2020, p. 71).

Desse modo podemos entender as atribuições dadas ao sujeito a partir da vivência e percepção do espaço público. O cidadão adquire o papel de Flâneur justamente por fazer do exercício de observar o meio sua maior virtude social. O Flâneur é um visionário do espaço geográfico. Observador, de sentidos aguçados, dedicado a aprender cada vez mais através da vivência urbana/social.

Vivemos também a partir da observação da dinâmica espacial, com base no modo como as pessoas fazem uso dos espaços públicos e como relacionam-se entre si, viver o lugar é a melhor forma de conseguir descrevê-lo. É por meio dessa forma de viver a cidade e os lugares que surgem os lugares simbólicos.

Para Silva (2020):

Imagens e símbolos são marcas de diversos tempos e valores revelados no presente. Vistos como pedaços de nossa presença ao longo da história, são relevantes a compreendermos o que temos sido enquanto sujeitos e sociedade (SILVA, 2020, p. 142).

Os símbolos são consolidados ao longo do tempo e tornam se importantes no contexto urbano seja um monumento, uma praça, igreja etc. Estes consolidam se a partir da vivência dos atores sociais com o território ao longo do tempo. A relação do sujeito com o território é rica em símbolos consolidados ao longo do tempo. Nesse sentido e de acordo com o que foi escrito, consideramos que o espaço público só se torna possível através dos seus usos sociais.

É por meio dos usos sociais que surgem as relações de afeto com o território e este torna se território de uso. O território só se torna uma categoria de análise geográfica a partir do território usado como foi citado por Milton Santos (1999), anteriormente neste texto. Estes símbolos são exemplos de resistência no território, assim seguiremos tratando sobre ele, visto que carrega as lutas e história de um povo.

1.3 Territorializações no/do espaço público

A noção de território está diretamente ligada à territorialização do espaço geográfico, interpretamos o território a partir dos seus usos e apropriações e é a partir dos usos que surgem as territorializações.

O homem exerce poder sobre o território e é também o principal modificador do território visto que concretiza sua vida e ações nele. Segundo Haesbaert (2004, p. 01): “território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional “poder político”. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação”. Nessa perspectiva, podemos compreender o território como um espaço de apropriação funcional e simbólica, tangida pelas relações de poder. É baseado nas ideias do autor que notamos que o território pode ser apropriado de maneira delimitada ou simbólica.

Ao tratar da maneira formal de apropriação do território podemos citar a regulamentação de uso de um espaço público, como por exemplo uma praça, no sentido dominação do espaço compartilhado. Já sobre o sentido simbólico podemos ter como base as territorializações que surgem a partir do espaço já delimitado, sem a necessidade de regulamentação, mas que possui um valor emocional para quem faz uso deste.

Segundo Santos (1999):

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o *território usado*, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos

pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (SANTOS, 1999, p.08).

Dessa maneira, vemos que a relação do território e a identidade estão presentes no espaço, o território é usado não apenas para troca de bens materiais, mas nele é onde materializam-se as relações culturais. O território é onde se materializam nossas vidas e relações sociais. Nele surgem as festas tradicionais, as residências e os espaços públicos já mencionados anteriormente. De acordo com Heasbeart (1999, p. 9): “Podemos partir de uma constatação aparentemente banal: sem dúvida o homem nasce com o território, e vice-versa, o território nasce com a civilização”.

A partir da apropriação do espaço é que nasce o território, tomamos poder de modifica-lo à medida que a sociedade se desenvolve. A relação de poder do homem com o território é histórica, haja visto que não existe território sem o homem atuando sobre ele. Em contrapartida, o território não é homogêneo, ele é fragmentado baseado na relação de poder que recai sobre ele. De acordo com Limonade e Heasbeart (1999):

Se nas sociedades tradicionais o homem preenchia todos os poros de seu território através de uma apropriação simbólica onde, por exemplo, uma dimensão sagrada dotava de sentido o espaço em sua totalidade, nas sociedades modernas o território passa a ser visto, antes de tudo, numa perspectiva utilitarista, como um instrumento de domínio a fim de atender às necessidades humanas (LIMONADE; HEASBEART, p.10, 1999).

A perspectiva utilitarista que o autor cita é o que dá funcionalidade ao território podendo ser funcionalidades comerciais, habitacionais, de lazer, etc. Vários fatores são responsáveis pela fragmentação do território e um advento importante a ser citado é o da modernização da sociedade, onde, ao longo dos anos, atribui valor de uso e troca da terra como forma de dominação.

Destarte, o território é lugar de vivência e reprodução de práticas sociais. Como frisa Santos (1999, p. 35): “O lugar, aliás, se define como funcionalização do mundo, e é por ele (lugar) que o mundo é percebido empiricamente”. Suas territorialidades são o repartimento dos lugares fragmentados no território. Santos reafirma que é a vivência que faz com que o lugar seja percebido e também apropriado, a partir do empirismo.

Em contraposição, Serpa (2007) diz que:

É no sistema de relações com o que lhe é externo, ou seja, com a alteridade, que a territorialidade pode ser definida. Ela está impregnada de laços de identidade, que tentam de alguma forma homogeneizar esse território, dotá-lo de uma área/superfície minimamente igualizante, seja por uma identidade territorial, seja por uma fronteira definidora de alteridade (SERPA, 2007, p. 20).

Assim, a territorialização faz relação com a forma de interação entre diferentes sujeitos, que compartilham suas vivências no território e constroem suas identidades nele não só de forma individual, mas, interligados pelo território. A alteridade citada por Serpa (2007) pode ser entendida como o convívio social, visto que esse conceito serve para definir a interação de grupos sociais no território.

A forma de igualizar o território é bastante comum nos espaços públicos. No ambiente de uma praça, por exemplo, temos grupos de pessoas diferentes que trocam experiências naquele lugar e o territorializam com a intenção de unificar esse lugar. O conceito de territorialidade pode ser entendido a partir das relações estabelecidas entre os grupos sociais na sociedade.

A homogeneização do território, citada por Serpa (2007) anteriormente, está ligada a unificação do território, a sua apropriação e no acesso da população ao espaço público, premissas fundamentais para a compreensão da apropriação simbólica do território. Ademais, Serpa (2007) conclui que:

Visto assim, acessibilidade e alteridade têm uma dimensão de classe evidente, que atua na territorialização (e, na maior parte dos casos, na privatização) dos espaços públicos urbanos. O conceito de *habitus* é sem dúvida a melhor ferramenta disponível para perceber como a dimensão de classe age sobre cada indivíduo na esfera cultural. A identidade social se define e se afirma a partir de uma alteridade que expressa também uma dimensão de classe, uma alteridade ao mesmo tempo "desigual" e "diferente" (SERPA, 2007, p.20).

A territorialização do espaço, segundo o autor, está ligada a classe social de quem irá ocupar o lugar, ou seja, que possui maior poder de capital tem mais chances de privatizar uma porção do espaço seja na esfera pública ou privada. A dimensão de classe é um fator delimitador, uma forma de territorializar através do poder que o capital proporciona ao sujeito, grosso modo, separando o rico do pobre.

As desigualdades sociais tornam-se excludentes e limitantes nas relações entre os grupos sociais no território, as diferenças irão criar barreiras simbólicas limitando a convivência dos sujeitos no território, seja ele, público ou privado.

Além disso, Albagli (2004) diz que:

O conceito de territorialidade refere-se, então, às relações entre um indivíduo ou grupo social e seu meio de referência, manifestando-se nas várias escalas geográficas – uma localidade, uma região ou um país – e expressando um sentimento de pertencimento e um modo de agir no âmbito de um dado espaço geográfico. No nível individual, territorialidade refere-se ao espaço pessoal imediato, que em muitos contextos culturais é considerado um espaço inviolável. Em nível coletivo, a territorialidade torna-se também um meio de regular as interações sociais e reforçar a identidade do grupo ou comunidade (ALBAGLI, 2004, p.29).

Territorialidade e poder andam lado a lado, o poder irá controlar a forma como o território será administrado e usado, seja em escala local ou global, como foi citado por Albagli (2004). Destarte, o conceito de territorialidade vai nortear a compreensão sobre as divisões territoriais e os grupos sociais que os compõem. A territorialidade pode ser definida como as relações de poder expressa no território.

Contudo, fica clara a compreensão da dinâmica urbana e a forma como a vida social se organiza no território. É imprescindível a presença do sujeito na dinâmica dos usos e modificações territoriais, onde os autores citaram a presença do homem como o principal agente e modificador do espaço geográfico.

2. OS ESPAÇOS PÚBLICOS DELMIRENSES

2.1 A afirmação histórica da cidade e dos espaços públicos de Delmiro Gouveia

A afirmação histórica da cidade de Delmiro Gouveia – AL bem como a de seus principais espaços públicos é norteada inicialmente através da história do então vilarejo chamado Pedra. O mesmo era pertencente ao município de Água Branca - AL, até tornar-se o município de Delmiro Gouveia.

Pedra era um território de refúgio para retirantes da seca, uma localidade remota às margens da estação ferroviária. Silva (2016, p. 23), descreve da seguinte maneira: “Sabe-se que a Estação da Pedra, inaugurada a 10 de julho de 1882, estava localizada no quilômetro 54 da Estrada de Ferro Paulo Afonso”. A localidade possuía poucas habitações e a estação ferroviária era rota de tráfego mais usada na época, como mostra a (Figura 1):

Figura 1: Estação ferroviária da Pedra, 1916.



Fonte: Silva, 2016

Pedra tinha em seu território o advento da rede ferroviária que cortava os estados até então da Bahia e Alagoas. A estrada ferroviária favorecia a circulação de pessoas e de mercadorias entre os estados e era como um ponto de partida para a expansão do território local. Silva (2016, p. 23) complementa da seguinte forma: “Em Pedra, povoação desprovida de recursos, para onde afluíam diversos retirantes da seca, ocorria a movimentação de produtos por meio do ramal da referida estação ferroviária”. Esta era a

rota existente para a chegada de produtos em Pedra, estes garantiam a sobrevivência de seus habitantes que encontravam aqui um refúgio para escaparem da fome e da seca como melhor poderiam fazer.

Adiante (Figura 2), podemos notar a estação ferroviária preservada e com nova funcionalidade abrigando o museu da Pedra que conta a história local.

Figura 2: Museu municipal (antiga estação ferroviária)



Fonte: autoria própria, 2022.

Com a chegada de Delmiro Gouveia à Pedra e seu senso empreendedor a estação ferroviária da Pedra será a principal rota de tráfego para a comercialização dos seus produtos. Delmiro era Cearense, nascido na cidade de Ipú no ano de 1963. Começou a trabalhar desde os primeiros anos da sua adolescência constituiu fortuna a partir da comercialização de peles e algodão (NASCIMENTO, 2018).

No ramo de comerciante o homem Delmiro se destacava na cidade do Recife e veio a ficar conhecido como “rei das peles”, visto que o mesmo também exportava pele para o exterior, como menciona Nascimento (2018, p. 50): “posteriormente, vindo a ser fornecedor do cortume norte-americano Keen Sutterly & Co., de Filadélfia, em 1892, Delmiro passaria a ser gerente da filial dessa firma em Pernambuco”.

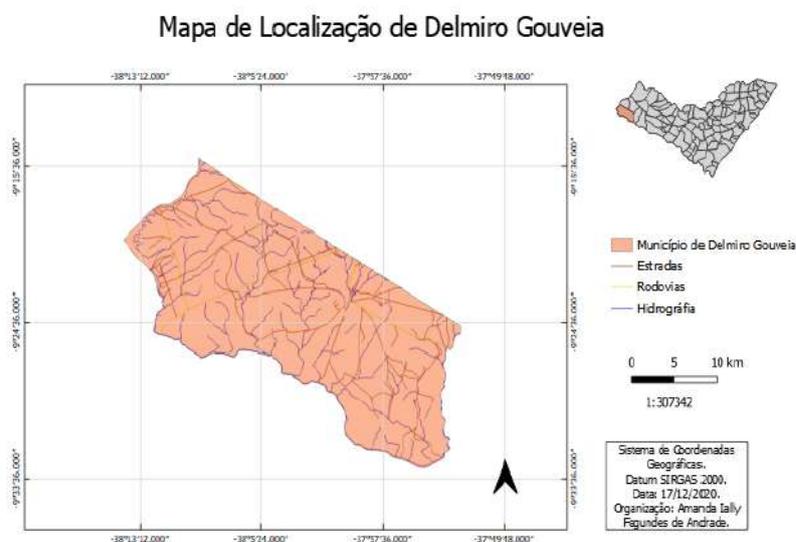
A localização estratégica com outros estados e a proximidade com as águas do Rio São Francisco atraíram o empreendedorismo do homem Delmiro Augusto da Cruz Gouveia para a então fazenda Pedra no ano de 1903 (SILVA, 2016). Com a chegada do homem Delmiro Augusto, Pedra começa a sofrer diversas mudanças geopolíticas a partir da liderança do coronel ao território inexplorado.

O município alagoano está situado no sertão do estado precisamente na região extremo oeste de Alagoas fazendo divisa com três estados brasileiros, como explica Ferreira (1959):

Situado no extremo oeste do Estado, o município de Delmiro Gouveia avança até os limites com o Estado da Bahia, e pertence à Zona Fisiográfica do Sertão de São Francisco. Limita ao norte com Água Branca; ao sul com os Estados de Sergipe e Bahia; a leste com Petrolândia (PE); e a oeste com Piranhas. Localizada num vasto tabuleiro, a cidade de Delmiro Gouveia dista cerca de 6 quilômetros do rio São Francisco (FERREIRA, 1959, p.44).

Como mostra o (mapa 1):

Mapa 1: Mapa de Localização do Município de Delmiro Gouveia - AL



Organização: Elaborado pela autora, 2020
Fonte: IBGE, 2020

Todavia, a povoação do território data de um período histórico remoto como nos diz Silva (2016):

O registro mais antigo da presença humana em Alagoas vem do sítio 'São José 2', em Delmiro Gouveia. Esse sítio foi pesquisado pela equipe

do Museu de Arqueologia de Xingó entre 1993 e 1994. Nele, foram escavados 29 esqueletos humanos, além de outros materiais como peças líticas (feitas de pedra) e cerâmicas. A partir de datações absolutas realizadas, estimou-se que alguns desses enterramentos foram feitos há cerca de 3.500 anos (SILVA, 2016, p. 21).

A partir dessa colocação o autor faz nota sobre o desenvolvimento dos primeiros habitantes no território da Pedra – atual cidade de Delmiro Gouveia. Descobertas arqueológicas datadas três mil e quinhentos anos. Período onde as pessoas já faziam uso de utensílios domésticos por exemplo, com a confecção de peças cerâmicas encontradas no sítio São José 2 (SILVA, 2016). Destarte, estudos desse seguimento são importantes para que tenhamos conhecimento de quando supostamente teve início o povoamento no território da Pedra, conseqüentemente nossos ancestrais.

O pontapé do desenvolvimento em Pedra deu-se com a chegada do homem Delmiro Gouveia, conhecido como ‘O Pioneiro’, ou seja, aquele que teve iniciativa em trazer investimentos e tecnologia ao vilarejo Pedra. Nascimento (2018) detalha a trajetória de Delmiro à Pedra do seguinte modo:

Foi em razão do curtume, das construções da usina hidrelétrica de Angiquinho, da Fábrica de Linhas fundadas por Delmiro Gouveia e da estação de trem que lá já existia quando da chegada do cearense ao lugar, que o núcleo fabril da Pedra transformou-se, muito rapidamente, num lugar que atrairia sempre mais gente de todos os lugares, desde a primeira década do século 20, ainda que ele somente venha a ser elevado à categoria de município em 1954, passando a sede à condição de cidade, por meio da Lei Estadual n.º 1.628, de 16 de junho de 1952, sancionada pelo então governador Arnon de Melo, de autoria do deputado estadual Mário de Siqueira Torres (NASCIMENTO, 2018, p. 21).

Delmiro não só fez de Pedra seu local de morada mas, ao que os registros nos mostram é que houve um processo de reterritorialização por parte de Delmiro Gouveia. A princípio, Delmiro chega e adquire várias porções de terra dentro da localidade e aos seus arredores, essas terras compradas por Delmiro irão muni-lo de poder, haja visto que grande parte do poder local ficaria nas suas mãos. A reterritorialização de acordo com Fuini (2017, p. 25): “[...] seria ir ao encontro, construir um território por novos agenciamentos maquínicos”.

O processo de reterritorialização à época foi feito baseado nas premissas de trazer desenvolvimento para o local, apropriando-se do mesmo, de forma a dar novo sentido ao território por meio de avanços tecnológicos beneficiando a região.

Sant’Ana (1996, p. 18): “Todavia, suas mais marcantes realizações foram o aproveitamento pioneiro da força hidráulica da cachoeira de Paulo Afonso e a construção da Fábrica de Linhas da Pedra, inaugurada em 5 de Junho de 1914[...]”. Não há dúvidas de que Delmiro, trouxe para Pedra o modernismo com a Usina Hidrelétrica de Angiquinho gerando energia elétrica para o nordeste a partir da inovadora ideia e posteriormente, a Fábrica de Linhas Companhia Agro Fabril Mercantil - LTDA, ambas realizações do homem Delmiro Gouveia. Assim Delmiro, segundo Gonçalves (2010):

Estava convencido de que a saída seria implantar indústrias usando as vantagens competitivas regionais, com máquinas modernas, de altíssima produtividade, e com a venda dos excedentes de energia para outros consumidores, quem sabe, atingindo todos os estados do antigo Norte, assim como os americanos o faziam (GONÇALVES, 2010, p. 239).

Os planos de desenvolvimento para a região eram de uma grandeza que o sertão não possuía até então. Delmiro como visionário já buscava nos moldes da cultura norte americana um modelo de desenvolvimento a ser implementado no sertão a partir da distribuição de energia elétrica. A partir do conhecimento prévio do homem Delmiro e suas experiências com o que havia de mais moderno para a época, ele tinha grandiosos planos para os seus empreendimentos e crescimento da vila da Pedra.

E foi a partir do empreendimento da Fábrica de linhas que a localidade começou a ganhar forma. A vila operária era o local de moradia aos primeiros funcionários da então Fábrica de Linhas. Eles ganhavam moradia e emprego e conseqüentemente contribuía primariamente para o crescimento da fábrica de linhas. O crescimento populacional que ocorreu na vila da pedra, aos moldes dos costumes do coronel Delmiro Gouveia tendo como principal finalidade modificar culturalmente os moradores da vila da Pedra e impor lhes seu modelo de sociedade pré estabelecido.

Ao tratar sobre a vila da Pedra, Gonçalves (2010, p. 271) descreve suas características: “As casas eram de telhas de alvenaria, revestidas de reboco, permanentemente caiadas de branco, cobertas de telhas de barro e com pisos de tijolos”. Podemos perceber essas particularidades a seguir (figura 3):

Figura 3: Vila operária, Pedra, 1979



Fonte: SILVA, 2016

Ao analisar as duas imagens é possível notar a arquitetura preservada nesta última casa da foto. As colunas e fachada preservadas na paisagem, o que denominamos na geografia como rugosidade. Conforme a figura a seguir (figura 4), é possível notar a evolução presente nas casas da vila operária.

Figura 4: Vila operária, 2022



Fonte: Autoria própria, 2022

As rugosidades são marcas do passado que permanecem na paisagem modificada, como discorre Milton Santos (2012):

Chamemos de rugosidade ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou como arranjos. (SANTOS, 2012, p. 140).

A arquitetura secular da fachada da casa na vila operária faz parte do contexto de rugosidade urbana. É o retrato do passado resistindo as mudanças ao longo dos anos, fora dos parâmetros da modernidade contemporânea.

No princípio, o território da Vila da Pedra era delimitado por um arame que servia como barreira física para separar o território e o dividia em duas zonas: dentro do arame e fora do arame, assim como explica Silva (2016, p. 19): “A vila da Pedra era dividida em duas: a de propriedade da fábrica, chamada de vila operária, isolada por uma cerca, e, no outro lado, a “vila livre” ou “Pedra Velha”. Tal delimitação era uma forma de controle rígido criado pelo então coronel Delmiro teve para orientar os comportamentos dos seus operários da fábrica de linhas, assim como também de todos os moradores da Vila da Pedra.

Com base no autor, vemos que o território se tornou ferramenta de controle por meio do capital e também das medidas de organização e gestão de práticas de convívio no vilarejo, afim de manter a ordem e organização. Tais medidas eram a forma do homem Delmiro Gouveia ter absoluto controle dos seus funcionários, chegando a punir quem não as cumprisse.

A Vila da Pedra era, pelas palavras de Nascimento (2018):

Composta de 258 residências, escolas e espaços de lazer, a fábrica em torno da qual se edificaram esses equipamentos destinava-se à produção de linhas de coser Estrela, funcionando a partir da energia hidrelétrica produzida pela Usina Angiquinho (NASCIMENTO, 2018, p. 142).

Foi a partir desse viés, que o que era vilarejo iniciou seu período de desenvolvimento. A implantação da indústria têxtil perdurou por pouco mais de um século dando sustento a maior parte da economia local e empregando famílias por gerações. Registros apontam que após a morte do homem Delmiro Gouveia (1963-1917),

o território começou a se expandir além da vila operária, o surgimento de novas ruas localizadas atualmente no centro, deu início a construção da cidade que temos atualmente.

De acordo com Nascimento (2018, p. 21):

O nome dado ao município recém-criado foi uma homenagem a Delmiro, passando, portanto, a chamar-se oficialmente de Município de Delmiro Gouveia, muito embora tenha levado algum tempo para que tal denominação viesse a se tornar corrente (NASCIMENTO, 2018, p.21).

Assim, a vila da Pedra deu lugar ao município Delmiro Gouveia, como forma de homenagem o legado de Delmiro Augusto da Cruz Gouveia a cidade carrega seu nome atualmente, o município passou a ser chamado Delmiro Gouveia afim de honrar as conquistas do percussor para o local.

Além da vila operária, Silva (2016, p. 25) diz que: “Surgiram outras vias públicas, como as ruas: da Palha, do Progresso, do Desvio, da Travessa, da Independência, do ABC, do Jardim, do Mulungu, do Fogo, do Alto da Boa Vista, entre outras”. As ruas citadas pelo autor ficavam localizada no entorno da Vila da Pedra, no coração da cidade, ou seja, sua parte central.

A Rua do Progresso, localizada no centro da cidade, é hoje a Avenida Presidente Castelo Branco. Essa mesma rua/avenida é onde localizava-se o comercio local à época e onde, hoje está situado o centro comercial da cidade de Delmiro Gouveia (figura 5).

Figura 5: Rua do Progresso



Fonte: Silva, 2016

A partir da figura 5, é possível notamos a centralidade às margens da então Rua do Progresso ainda tímida com pequenas instalações comerciais bem como o antigo prédio da primeira prefeitura municipal (SILVA, 2016). As ruas são a principal fonte de fluxo de automóveis e pedestres no contexto urbano.

Para Silva (2020, p.37): “as praças, as calçadas e as vias públicas acumulam, portanto, um papel central de espaços públicos mais relevantes na condução da vida social urbana. Não existe nenhum deles que não signifique um lugar de uso necessário à participação social”. O fluxo, envolvido em locais de trânsito, faz com que a cidade viva em constante modificação e interação com quem passa nestes locais. É através dos fluxos e do advento das redes geográficas que ocorrem processos de modernização de um local e de grandes mudanças ao longo dos anos.

Destarte Haesbaert (2007, p. 43):

Esse espaço tornado território pela apropriação e dominação social é constituído ao mesmo tempo por pontos e linhas redes e superfícies ou áreas zonas. É possível acrescentar então que são elementos ou unidades elementares do território aquilo que Raffestin denomina de malhas - que preferimos denominar de áreas ou zonas; e as linhas e os nós ou pontos - que, reunidos, preferimos denominar de redes (HAESBAERT, 2007, p. 43).

Fluxos atrelado as redes foi a constante modificadora do território do antigo vilarejo da Pedra. A chegada da indústria (têxtil) com mão de obra sertaneja abundante trouxe modificações tanto na paisagem da cidade ao longo dos anos como também no território.

Delmiro construiu cerca de 256 casas na vila operária as distribuiu por ruas que homenageavam grandes marcos na história brasileira, nomeadas nas ruas de nome: Rua 7 de Setembro, Rua 13 de Maio, Rua 15 de novembro, Rua José de Alencar, Rua Floriano Peixoto e Rua Ruy Barbosa (GONÇALVES, 2010).

No cenário atual, o que era a Rua do Progresso hoje é a principal rota de tráfego urbano da cidade, a Avenida Presidente Castelo Branco retratada na figura 6.

Figura 6: Avenida Presidente Castelo Branco (comércio local)



Fonte: autoria própria, 2022

Ao comparar as duas imagens, podemos notar as grandes mudanças sofridas ao decorrer dos anos e os avanços paisagísticos no centro da cidade visíveis nos prédios comerciais, no fluxo de veículos, etc. De acordo com o último censo demográfico realizado pelo IBGE no ano de 2010, a população total do município era de 52.016 habitantes (IBGE, 2010).

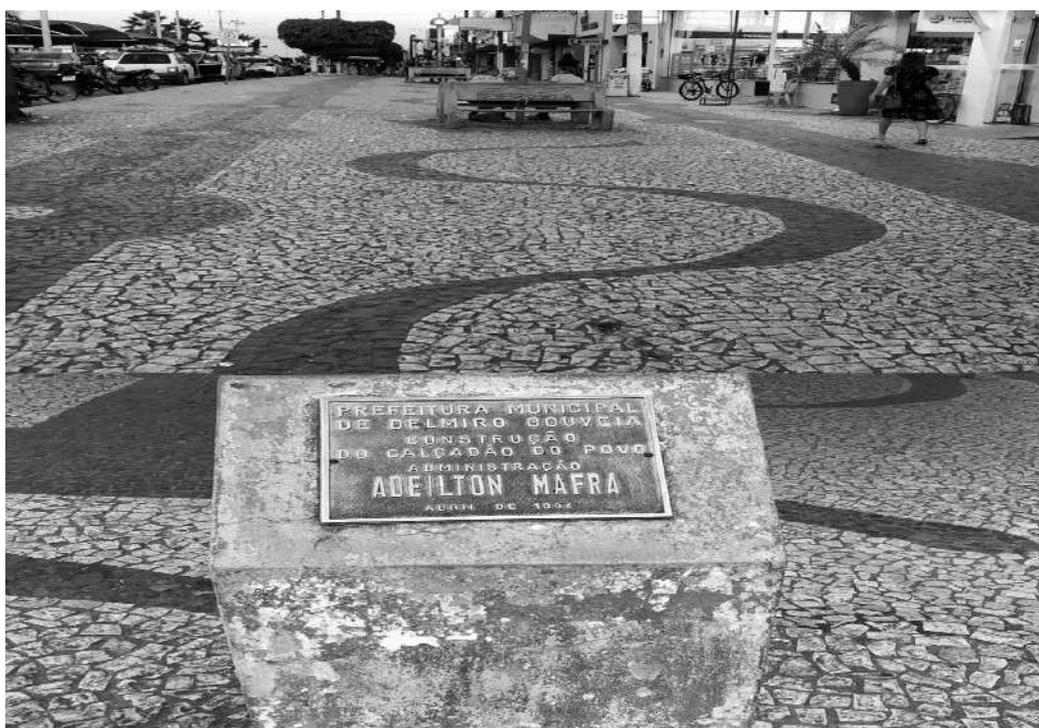
Ao tratar de fluxos, a feira local é um marco em cultura e historicidade, visto que está atrelada ao desenvolvimento da cidade. Se tratando de fluxos o calçadão do povo ou calçadão do comércio como é mais conhecido é onde estão situados as lojas, lanchonetes, bancos, lotéricas e também empregos informais. O calçadão do povo, como o próprio nome sugere, é muito movimentado assim como outros espaços públicos citados anteriormente. Este é um espaço funcional aos sujeitos sociais. Todavia, o Calçadão reúne outros tipos de funcionalidades ao comprar com as praças e ruas.

Para Silva (2016):

O “Calçadão do Comércio”, talvez o espaço público mais utilizado cotidianamente na cidade de Delmiro Gouveia. Apresenta-se frente ao conjunto das práticas comerciais do centro da cidade como um todo, envolvido pelas vias públicas que historicamente moldaram as realidades e as imagens de centralidade desta parte da cidade, sobretudo em seus papéis de lugar central à economia e à cultura urbana, bem como ao debate público local (SILVA, 2016, p. 40)

O Calçadão é, primeiramente, um local de comércio ativo e por reunir na sua extensão várias lojas, visto que a principal atividade presente é a de compra e vendas. Todavia, o Calçadão não deixa de ser um lugar de conversa e encontro sociais visto que na sua extensão existem bancos, assim como em uma praça onde sempre existem pessoas dialogando como se segue na figura 7.

Figura 7: Calçadão do Comércio ou Calçadão do Povo



Fonte: autoria própria, 2022

A feira ficava localizada na Rua do Progresso, atual Av. Presidente Castelo Branco e às margens da linha do trem. Era o dia de maior movimento para o comércio local já que a maior parte da população escolhia o sábado pra ir à feira e conseqüentemente às lojas comerciais (SILVA, 2016).

Sobre a feira Gonçalves (2010, p. 227) completa: “o sucesso foi tão extraordinário que cerca de 6.000 pessoas, incluindo produtores rurais de 10 a 20 léguas da Pedra e moradores de cidades vizinhas de Jatobá de Tacaratu a Piranhas, vinham vender [...]”. Esta prática permanece até os dias atuais, a feira é composta por pessoas da cidade e da região vindo semanalmente comercializar seus produtos.

É a partir da feira que ocorrem a troca de mercadorias, o fluxo de pessoas vindo até a cidade, bem como a movimentação do capital que contribui para a manutenção da economia local. Como é retratada na figura 8:

Figura 8: Feira livre na rua do progresso, 1948



Fonte: Silva, 2016

Segundo Santos (1999, p. 08):

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o *território usado*, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida.

Dessa maneira, vemos que a relação do território e a identidade estão presentes no espaço, o território é usado não apenas para troca de bens materiais, mas nele é materializado as relações culturais. Diante disso, ressaltamos que a feira livre não é apenas local com função econômica, há também a finalidade simbólica, que transforma o modo de ver a feira, ela não transmite apenas economia, mas também cultura.

A feira de Delmiro Gouveia (figura 9) passou por modificações ao longo dos anos, inclusive mudando de endereço. A feira deixou a rua extinta rua do Progresso e encontra-

se atualmente na Av. Juscelino Kubitschek, próximo ao centro da cidade e é a maior da região do Alto Sertão atraindo comerciantes dos estados e cidades fronteiriças.

Figura 9: Registro da feira na atualidade



Fonte: autoria própria, 2022

Para além da feira, outro grande marco na territorialização da cidade está fundamentado na construção da primeira igreja católica, a Capela de Nossa Senhora do Rosário, localizada no território da vila operária. A capela do Rosário, nas palavras de Silva (2016) é:

Centro visível e simbólico de um espaço geográfico-social, a capela do Rosário é significativa não apenas para a Pedra propriamente dita, mas também para aquilo que se convencionou chamar território, pois se tornou uma entidade que poderíamos dizer geopolítica, porque é toda a extensão em que se fez sentir a influência política e econômica do núcleo fabril, com a ação do patronato (SILVA, 2016, p. 47).

Para tanto, a capela do Rosário estabeleceu uma relação direta com o sertanejo da região e moradores de Delmiro desde que foi fundada estabelecendo uma relação de identificação com o território, ou seja, a capela do Rosário é um símbolo material da fé cristã do Delmirenses e também monumento turístico local.

O termo geopolítico para designar a fixação da capela no território está atrelado ao contexto fabril da extinta Fábrica da Pedra, visto que a capela está fixada onde antes era território da Fábrica e foi erguida com o intuito de acomodar aqui os fiéis, ou seja, para que a população local não precisasse ir à Água Branca por exemplo, para frequentar missas ou celebrações festivas.

A capela do Rosário, além de criar a devocional fé à padroeira Nossa Senhora do Rosário, é também lugar de afeto para a comunidade e atrativo turístico monumental para os visitantes que vem até Delmiro. A Capela da Vila foi erguida no ano de 1919 após a morte de Delmiro Gouveia e teve como padroeira Nossa Senhora do Rosário, a mesma que Delmiro era devoto, que fora invocada por ele em seu leito de morte e que em vida ele tinha vontade de homenagear (SILVA, 2016).

Silva (2016, p.43) diz que: “Historicamente já se tem dito, repetidamente, que a construção da capela de Nossa Senhora do Rosário deve-se a um pedido de Marieta Iona (1887-1925), esposa de Lionelo Iona (1866-1931), sócio de Delmiro”. A capela (figura 10) aproximou o sertanejo à devoção à Nossa Senhora do Rosário como também a afetividade pela primeira igreja construída na cidade visto que como a maioria das construções históricas ela se mantém no espaço geográfico além do tempo.

Figura 10: Capela do Rosário, Pedra, 1920



Fonte: Silva, 2016

Na figura 10, é possível observar que ao fundo da capela encontram-se as casas da vila operária porém, existe a imponência da capela no território ocupado apenas pela própria capela. Nos dias atuais a Capela da Vila ganhou em seu entorno a construção da Praça Nossa Senhora do Rosário. A praça teve sua inauguração no dia 29 de junho de 2008 e é um local arejado que serve de lazer e eventos para o cidadão delmireense e visitantes, como retratado nas figuras 11 e 12.

Figura 11: Capela do Rosário, 2022



Fonte: autoria própria, 2022

Figura 12: Parta dos fundos da Capela do Rosário e vista parcial da Praça



Fonte: autoria própria, 2022

É perceptível as mudanças sofridas no território ao longo dos anos, o terreno foi reterritorializado nos arredores da igreja complementando a paisagem e consequentemente dando funcionalidade ao território. A construção da Praça Nossa Senhora do Rosário proporciona infraestrutura adequada para acolher a sociedade. O oposto que ocorria anteriormente no território que não era atrativo ao lazer da comunidade.

Além da Capela da Vila, a cidade conta com a igreja Matriz (figura 13) e sua praça (figura 14) também localizada no centro da cidade. A praça da matriz é tão conhecida quanto a praça do Rosário, todavia ela tem particularidades diferentes diante da sociedade. A igreja matriz era uma idealização diocesana de Palmeira dos Índios para que na cidade houvesse a grande igreja afim de reunir toda a comunidade, assim, foi inaugurada a igreja matriz em Delmiro Gouveia em 28 de novembro de 1978 (SILVA, 2016). Silva (2016, p. 55) complementa da seguinte forma:

O lugar para a construção da matriz era conhecido como Alto da Boa Vista, por se tratar de local até então despovoado e distante da vila operária; porém, com a nova igreja foram surgindo novos prédios adjacentes, a exemplo dos Correios, da Prefeitura e do conjunto habitacional Cohab Velha (Silva, 2016, p. 55)

Ao observar a figura 13 pode-se perceber ao fundo da imagem o cemitério municipal, a frente deste, o conjunto habitacional Cohab Velha e à direita da igreja o prédio da prefeitura municipal, no local que era denominado Alto da Boa Vista.

Figura 13: Igreja Matriz no ano de 1981



Fonte: Silva, 2016

Figura 14: Praça da Matriz



Fonte: autoria própria, 2022

Silva (2016) destaca o povoamento da localidade ainda desterritorializada a partir da construção da igreja matriz. O processo de apropriação do território expandiu o centro da cidade e trouxe novas habitações distante da Vila operária. Atualmente, tais construções encontram-se bem definidas e assim como ocorreu com a capela da Vila a igreja matriz também tem no seu entorno uma praça, conhecida popularmente como praça da matriz.

Para além da centralidade urbana, temos a praça São Cristóvão, localizada no Bairro Novo. O nome da praça faz referência à São Cristóvão, santo da igreja católica e padroeiro do Bairro Novo como forma de homenagem. A praça São Cristóvão é a principal praça de lazer para a comunidade do Bairro novo. Assim como explica Silva (2020):

Algumas praças são mais centrais do que outras, grosso modo. Isso pesa mais quando conferidas segundo os valores, os costumes e os usos dos sujeitos sociais orientados a esses espaços. Noutras palavras, há a centralidade original e histórica de certas praças como as da Vila e da Matriz, mas também as que se juntam na construção de ambientes centrais e não menos importantes ao ideal de centralidades simbólicas urbanas (SILVA, 2020, p. 38).

Para além de não ter o bônus da centralidade em sua localização, a praça São Cristóvão é recente no contexto urbano de Delmiro Gouveia. A conclusão da obra aconteceu no dia 04 de março de 2014, segundo a secretaria de planejamento urbano da cidade expostas nas Figuras 15 e 16.

Figura 15: Início das obras de construção da praça São Cristóvão, 2011



Fonte: Acervo da secretária de planejamento urbano, 2022

Figura 16: Terreno anterior à construção da praça São Cristóvão, 2011



Fonte: Google Street View, 2011.
Organização: Elaborado pela autora

A territorialização da praça São Cristóvão é dada como mais um espaço público destinado à sociedade para os múltiplos usos sociais de lazer e eventos. É nas atividades de lazer e esportes que ocorre a territorialização da praça, ela conta com quadra de esportes barras de ginástica, os atores sociais que mais utilizam a praça são justamente os praticantes de esportes como o futsal, este ocupa a quadra a maior parte do dia, além de pessoas correndo e caminhando principalmente no horário vespertino e noturno.

Pelo fato do bairro em que a praça fica situada ser distante do centro da cidade o fluxo social é bem inferior, por exemplo ao da praça da Vila. Todavia, a praça mante um fluxo social constante sendo uma das principais dentre a dos bairros da cidade.

A respeito do bairro no contexto urbano, Silva (2020, p. 113) escreve:

Pode essa parte do espaço urbano apresentar-se como um bairro central à cidade, e muitas vezes nomeado como “Centro”, ou então como um bairro periférico, a exemplo de “Bairro Novo”, “Bairro Bom Sossego”, “Bairro Eldorado” etc. A rigor, os bairros sinalizam uma parte da cidade, um fragmento espacial de um todo social e urbano (SILVA, 2020, p. 113).

Destarte, Silva (2020) cita exemplos de bairros da cidade em contraposição ao centro citados como bairros periféricos, ou seja, distantes da região central, mas que são parte importante da cidade, cada qual com suas particularidades sociais que compõem o espaço urbano como exemplo da praça São Cristóvão (figura 17).

Figura 17: Praça São Cristóvão, 2022



Fonte: autoria própria, 2022

Através da afirmação histórica da cidade de Delmiro Gouveia e dos atores sociais que compõe esses locais pode ser perceber a relação comparativa estabelecida entre o território e como ele se moldou ao longo dos processos de modificação e de quem os modifica. O avanço das técnicas no desenvolvimento da vila da Pedra até a consolidação da cidade contribuiu para o que se conhece hoje no local, principalmente à extinta Fábrica da Pedra e a sua contribuição econômica ao município durante o tempo que funcionou.

Para além da Fábrica da Pedra, o comércio local e a base de servidores públicos municipais eram a outra metade da economia local. O que era uma localidade quase inóspita tornou-se um lugar próspero à vida e ao desenvolvimento local.

2.2 Atores e agentes sociais produtores dos usos e territorializações nos espaços públicos de Delmiro Gouveia – AL

2.2.1 As concepções de atores e agentes sociais

Diante do que está sendo explanado sobre os usos e territorializações no espaço público urbano, é sabido que o principal modificador do território é a sociedade.

Os termos atores sociais e agentes sociais são termos basilares na percepção de como o homem interage direta e indiretamente na constituição do território usado.

Para entendimento objetivo pode-se fazer uso da definição sociológica dos termos. Gehlen (2018, p. 40) escreve:

Conceituar sociologicamente ator social implica identificá-lo numa relação alterativa, validada pelo(s) outro(s) e situá-lo(s) numa realidade social mediada por relações e por concepções de mundo, por estilos de vida, por atividades, pela natureza, pela religião, enfim, pela realidade complexa que os cerca (GEHLEN, 2018, p. 40).

Fica clara a objetiva relação do homem com o território ao analisar a colocação do autor, já que, de acordo com ele, o homem depende das relações interpessoais com outros indivíduos ou atividades para ser um sujeito social, ou seja, um sujeito que interage e cria laços materiais ou culturais com o espaço social territorializado.

É nítido que vivemos em uma sociedade diversificada e democrática que sofre com problemas acarretados pela desigualdade social. É por meio da mobilidade social e políticas públicas que valorizem a inclusão social que os grupos sociais/culturais interagem entre si, trocando experiências e reduzindo suas desigualdades (GEHLEN, 2018).

Gehlen (2018) afirma:

Diante da globalização do consumo de bens materiais e culturais e da cidadania, as identidades também têm algumas oportunidades de afirmar e publicizar seus conteúdos específicos, podendo constituir uma melhor referência para o sentido do cotidiano das vidas das pessoas (GEHLEN, 2018, p. 46).

É de conhecimento geral que o processo de globalização traz consigo as redes geográficas, essas redes baseadas nos avanços dos processos tecnológicos, a exemplo da internet e das redes sociais, acabam aproximando a sociedade de culturas globais e pessoas que estão a quilômetros e distanciando as relações sociais de antigamente.

Ao sentar-se à praça ao final do dia, estabelecemos novas amizades e atividades simples do convívio social acabam perdendo seu espaço para novas formas de comunicação. É a partir da reflexão de Gehlen (2018) que podemos tomar como exemplo a reafirmação de viver o lugar, o convívio social e a cultura envolvida no cotidiano urbano. Ou seja, o ator social tem o papel de atuar na defesa das atividades sociais urbanas, fazendo que elas solidifiquem cada vez mais a relação do homem com a comunidade em que vive.

O agente social é o sujeito que tem como função principal agir nos interesses coletivos da sociedade e assim garantir seus direitos, atuando na organização de variadas maneiras em prol do bem comum como também dos que ficam às margens da sociedade (MAGALHÃES, 2010).

Magalhães ainda reforça que: “O conceito inclui qualquer situação desse tipo, independentemente do número de indivíduos, de suas formas de organização, da relevância de seus objetivos e da força efetiva que detenham em cada momento (MAGALHÃES, 2010, p. 7)”.

Com base nas colocações feitas por Gehlen (2018) e Magalhães (2010), é perceptível a relação de proximidade que se encontram os sujeitos sociais e os agentes sociais, um depende do outro para existir na sociedade e com suas atitudes modificam o meio. O ator social sendo o participativo em sociedade, usufruindo do que o território tem para oferecer e o agente social em conjunto com os interesses sociais lutam pela organização e inclusão social no território.

2.2.2 Atores e agentes sociais delmirenses

“A dinamicidade própria do processo evolutivo social, cultural, tecnológico, político e econômico reconfigura, redimensiona e funcionaliza o espaço público (Guedes, 2010. p. 1)”. É a partir das palavras de Guedes (2010) que se pode tomar como base de entendimento a noção de como o território avança com o desenvolvimento social.

A sociedade é munida de recursos sociais afim de modificar o território em que vive, seja por meio do trabalho, do lazer e principalmente pela apropriação do território. Ao apropriar o território, o autor destaca a funcionalização dele por meio da sociedade. São os atores sociais responsáveis por essa funcionalização do espaço público. É no território usado que acontecem as mais variadas formas de socialização espacial, nele desenvolvem-se atividades de comercialização sejam estas, formais a exemplo, das lojas e supermercados, ou informais como camelôs e as feiras livres.

Guedes (2010) ao tratar do território escreve:

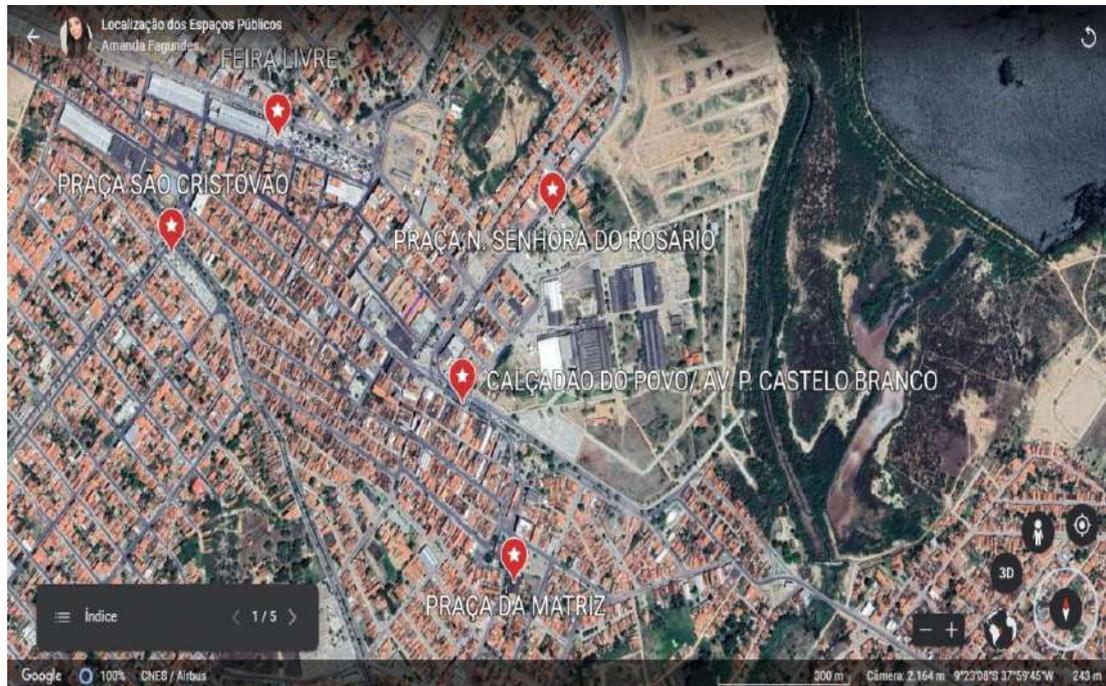
As inúmeras formas de comunicação e de informação que o atravessam e o sustentam permitem a compreensão de um mundo que vai além das experiências pessoais e o transformam em um campo de muitas vozes, em uma arena de interesses convergentes e divergentes (GUEDES, 2010, p. 7).

Ao contextualizar as palavras de Guedes (2010) com a realidade do território, comprovamos a junção das trocas sociais de pessoas diferentes convivendo no mesmo espaço. Tais experiências enriquecem o cotidiano urbano social e assim, as diferenças pessoais dos atores sociais fazem o espaço público acontecer.

O modo como o homem vive o território e principalmente como usufrui dele traz dinamicidade ao lugar. Voltando os olhares para a realidade pública da cidade de Delmiro Gouveia, essa dinâmica social diversificada é notada à primeira vista, seja pelo olhar crítico ao território ou de um pedestre que observa a paisagem. Deve-se tais fatores a evolução social tratada anteriormente por Guedes ao mencionar a funcionalização do espaço.

Um território público que é comunitário a sociedade pode ter diversos usos. Ao observar a realidade dos principais espaços públicos da cidade de Delmiro Gouveia vemos esse contexto de diversidade de usos presente. A figura 19 pontua estes territórios.

Figura 18: Imagem dos espaços públicos



Fonte: Google Eart Pro
Autoria própria, 2022

A praça Nossa Senhora do Rosário é símbolo de representatividade para a cidade. Nela está situada a capela do Rosário, esta é um local de lazer e fé prioritariamente, lazer por ser destinada a sociedade para o uso comunitário ou em eventos festivos; e de fé por ter situada na sua parte central a capela da vila onde acontecem celebrações e festividades católicas.

Todavia, a praça Nossa Senhora do Rosário é território para o sustento de várias famílias que encontraram no local a centralidade atrelada ao lazer para comercializar seus produtos e alimentos, como os lanches, a quem passeia pelo local.

De acordo com Silva (2020):

[...] apresentam os bairros as suas peculiaridades e diferenças expressas nas paisagens e nos usos, alguns mais voltados às residências, outros mais aos comércios e serviços, e outros mais à presença de instituições públicas, por exemplo (SILVA, 2020, p. 113).

A praça também é território de prática de esportes como o skate, que é de longe a principal atividade esportista presente no local como também praticantes de basquete que

encontraram um espaço para si em meio a dominância presente de skatistas, estes atores sociais, em especial, tem a praça como lugar já que criaram um vínculo simbólico com o local. O território da capela da vila e que hoje também abriga a praça Nossa Senhora do Rosário é exemplo da travessia do lugar no tempo, ressignificando suas marcas de origem através de décadas e incorporando novas características ao lugar, como citou Santos.

Da mesma maneira ocorre com os demais espaços públicos da cidade. Eles possuem as chamadas rugosidades geográficas atreladas na localização do comércio, da praça da Matriz, na antiga estação ferroviária, etc.

A antiga estação ferroviária da Pedra e a extinta agro fabril mercantil ou Fábrica da Pedra (figura 19) são dois exemplos de rugosidades presentes no cenário atual da cidade de Delmiro Gouveia. A estação ferroviária se desfez ao longo do tempo por meio dos avanços técnicos científicos, onde o trem deu lugar ao automóvel e a Fábrica se transformou no Shopping da Vila.

Figura 19: Fábrica da Pedra, 1914



Fonte: Museu da Pedra, 2022

O prédio que abrigava a antiga estação ferroviária abriga atualmente o Museu da Pedra (figura 2). Esse é preservado pelos agentes sociais como marco histórico da cidade afim de contar a história de desenvolvimento do local e principalmente a do fundador

Delmiro Gouveia. Já a Fábrica da Pedra deu lugar ao Shopping da Vila, construído no antigo prédio da mesma,

Assim como a antiga Fábrica da Pedra, o Shopping da Vila (figura 20) segue como empreendimento privado e tem expectativas em ofertar emprego a população da cidade e região, visto que com o fechamento da fábrica houveram também uma baixa na geração de empregos na cidade, além de ser um atrativo atualmente.

Figura 20: Shopping da Vila, 2022



Fonte: autoria própria, 2022

O comércio local é o principal local de fluxo dos atores sociais na cidade. De acordo com Gomes (2016), o calçadão, popularmente conhecido como calçadão do povo foi construído no ano de 1994, localizado na Avenida Presidente Castelo Branco e Travessa Castelo Branco com mais de trezentos metros de extensão (GOMES, 2016).

É no calçadão que o fluxo de pessoas é sempre intenso pelas interações socioeconômicas existentes no local. O calçadão, assim como as praças da cidade, é um local de encontro comunitário e do comércio formal e informal.

Silva (2020) pontua:

“A organização espacial e a sua expressão estética e paisagística são ingredientes interessantes a revelar tais sentidos de usos incorporados aos destinos sociais que temos escolhido historicamente e que estão ligados a um modelo de sociedade capitalista (SILVA, 2020, p.22)”.

Assim, ao observar a dinâmica socioeconômico no centro da cidade percebemos a presença de camelôs e ambulantes disputando territorializar um local e fixar-se em meio a extensão do calçadão, todavia “a multiplicidade de territórios – e territorialidades – que podem conviver num mesmo espaço, alimentando ou não as lutas pelo território (HAESBAERT, 2004, p. 09).”

Estes atores sociais muitas vezes estão às margens da sociedade capitalista e vendem sua força de trabalho de maneira informal organizando se como podem pelas calçadas da região central da cidade. A maior parte dos camelôs tem bancas em meio ao calçadão e através delas demarcam um espaço simbólico para o trabalho.

Os comerciantes informais vivem harmonicamente entre si com o objetivo comum de vender sua força de trabalho, todavia a diversidade é notável ao passar pelo local. O fluxo destes atores sociais varia de acordo com dia da semana e horários durante a semana, sendo o sábado (dia da feira) responsável pela maior movimentação na cidade e elevação da atividade econômica.

A feira além de um território de finalidades econômicas é um espaço rico de relações sociais e culturais. Haesbaert (2007, p. 49) escreve: “Num sentido mais simbólico, o território pode moldar identidades culturais e ser moldado por estas, que fazem dele um referencial muito importante para a coesão dos grupos sociais”. Ou seja, a feira em si acaba sendo transformada por aqueles que diretamente contribuem para tal, como os feirantes, os clientes, vigilantes, cada um compreende o significado que o comércio livre expressa.

Estes atores sociais são locais e da região, eles fazem da feira o local de movimentação intensa aos sábados. Na feira livre de Delmiro Gouveia, os espaços, mais conhecidos como “pontos” são ocupados pelos feirantes, nos quais os mesmos se apropriam denominando assim seus territórios, tornando a feira um espaço de múltiplos territórios.

No campo da feira livre de Delmiro Gouveia, não há apenas os delmirenses trabalham na feira, mas também pessoas de outros municípios tais como: Pariconha, Inhapi, Mata Grande e Água Branca, estes em escala regional mais próximas, no entanto, também se encontram pessoas de outras regiões e cidades como de Pernambuco e Sergipe.

Diferente do calçadão e do comércio, no território da feira há uma disputa entre os vendedores por um “ponto” de vendas, ou seja, é evidenciado conflitos por território, fazendo surgir novas territorialidades. Essa dinâmica de movimentação de atores sociais e os seus fluxos de mercadorias ativam uma nova estrutura para a feira livre do município, que se constitui como território comercial.

Assim como nas praças e comércio, a feira carrega um significado simbólico baseado na afetividade com o lugar para as pessoas que frequentam e criam na sua rotina de compras laços de amizade com os feirantes, de pertencimento ao território para quem trabalha e apego afetivo por este.

Em contraposto, a praça da matriz, outro importante local da cidade situado na parte central, é pouco movimentada diariamente, seu maior fluxo acontece em momentos de celebração na igreja como por exemplo aos domingos.

Silva (2020) frisa:

As praças, as calçadas e as vias públicas acumulam, portanto, um papel central de espaços públicos mais relevantes na condução da vida social urbana. Não existe nenhum deles que não signifique um lugar de uso necessário à participação social; todo cidadão exerce sua presença mínima e sua ação social, utilizando-os a todo instante (SILVA, 2020, p. 37).

Mesmo que um determinado espaço público seja pouco utilizado o autor citado reforça que a mínima presença social no território o torna funcional. Locais como esse na parte central da cidade, a exemplo da praça da matriz, tem em seu entorno a prefeitura municipal, banco, agência dos correios, etc. Tais funções centrais colocam a praça da matriz numa via de participação social ativa além de ser território carregado de afeto para a comunidade católica.

Desse modo, é perceptível a forma como o sujeito social se distribui no território. Seus múltiplos usos e inclusive laços afetivos com o lugar dão sentido ao território e na maneira de agir do homem em meio as adversidades ou benefícios que um espaço proporciona seja nas praças, ou no calçadão do comércio diversos atores sociais buscam seu sustento diário e essa condição cria laço de dependência com o lugar assim como na feira. Ademais, o espaço público é um território rico em diversidade, onde a observação da dinâmica social oferece formas e olhares diferentes de viver e perceber o mesmo.

3. USOS E TERRITORIALIZAÇÕES NO ESPAÇO PÚBLICO DE DELMIRO GOUVEIA – AL

3.1 Espaços e territórios usados junto à praça Nossa senhora do Rosário e praça São Cristóvão

Neste capítulo o texto prosseguirá tratando sobre as formas como o espaço público e os territórios da praça Nossa Senhora do Rosário e Praça São Cristóvão se consolidam no espaço urbano, relacionando os conceitos já apresentados nos capítulos anteriores. Sabe-se que o capital exerce grande poder no território, seja ele público ou privado, assim, com base na forma como o território será ocupado surgem suas funcionalidades.

As funcionalidades dão sentido aos espaços sociais sejam eles de caráter público ou privado. Ao tratar do espaço público com foco nas praças Nossa Senhora do Rosário e São Cristóvão a forma como estes espaços são usados fundamentam a premissa de que a praça é um território público destinado a sociedade.

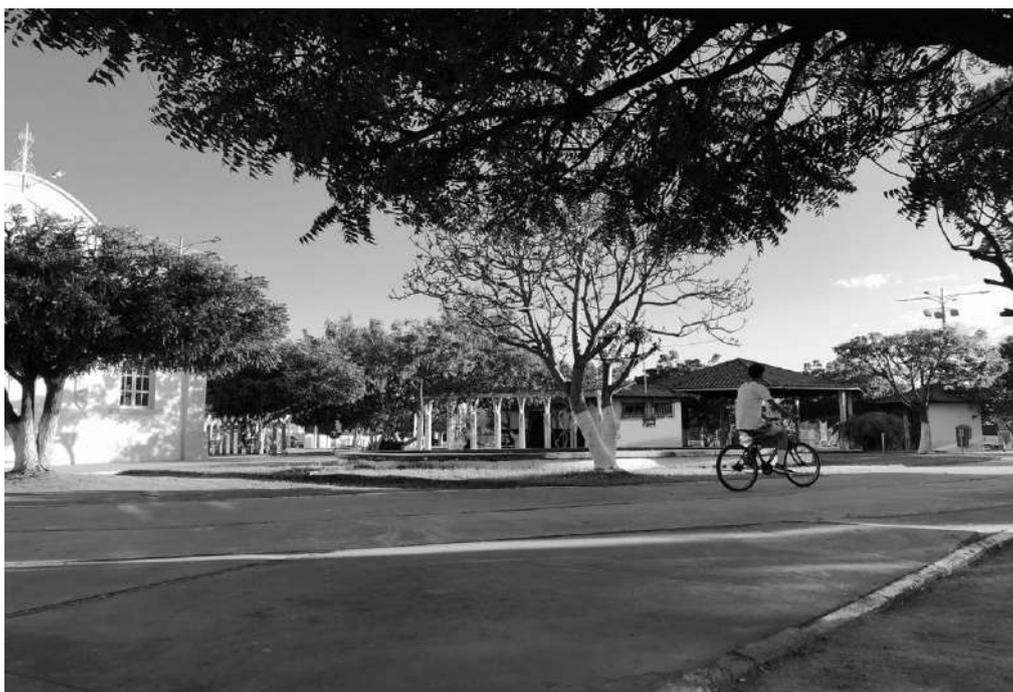
A praça Nossa Senhora do Rosário tem como localização o centro da cidade, essa praça, como todo espaço público, tem características próprias que ajudam a lhe definir em meio ao espaço urbano. Assim como outras praças centrais esta possui uma igreja no seu território, um símbolo de centralidade presente em muitas cidades. A praça é destinada à comunidade para lazer, manifestações culturais, festas tradicionais e o convívio social.

Por ser um espaço público destinado à comunidade, comerciantes da praça relataram, através de conversa, que: a mesma já foi um espaço marginalizado em outros tempos, frequentado por desordeiros. Porém a administração pública conseguiu reverter essa característica e a praça atualmente é um ambiente tranquilo que atrai diversas famílias para momentos de descontração.

Todavia, a praça Nossa Senhora do Rosário, é um lugar seletivo no sentido de atrair a comunidade através das suas funcionalidades, ou seja, atraírem partes da comunidade que se afeiçoem com a mesma.

Nesse sentido podemos relacionar o caráter selecionador do território, ou seja, o espaço público que seleciona a quem beneficiará sendo mais atrativo para uns e outros não, pois apesar de ser central e um fator importante observado nos diálogos foi o da praça estar ligada a distância à alguns bairros da cidade, fazendo com que parte da comunidade não visite com mais frequência.

Figura 21: Praça Nossa Senhora do Rosário



Fonte: autoria própria, 2022

Ao observar a paisagem da praça Nossa Senhora do Rosário (figura 21) é possível perceber formas de paisagem natural e humanizada, visto que a praça possui árvores e jardins no seu entorno deixando um ambiente mais verde e acolhedor. A praça é cercada por pontos comerciais e residências, esta resgata parte do contexto de paisagem natural em meio ao movimento transformador da paisagem pelo homem, visto que esta é localizada numa região de comércio.

O território é consolidado através da relação de poder que cai sobre ele, seja através da forma de poder simbólico por meio da apropriação do território ou pelo poder dominador, este que toma posse do território (HAESBAERT, 2004). Ao observar o território da Praça Nossa Senhora do Rosário e a praça São Cristóvão pude perceber as duas formas de poder citadas por Heasbaert anteriormente.

Além dos atores sociais que frequentam a praça para lazer próprio o poder simbólico se revela na realidade da praça por meio da apropriação sem barreira física delimitando o território, como podemos observar na figura 22.

Figura 22: Ambulante de entretenimento infantil



Autora: autoria própria, 2022

Ao observar a paisagem da praça Nossa Senhora do Rosário e da praça São Cristóvão nossos sentidos podem ter diferentes percepções do espaço.

Em primeiro plano o território pode ser definido por uma percepção materialista e simbólica, nesse viés, a primeira delas é caracterizada pela funcionalidade do território (HEASBAERT, 2004).

A visão materialista e simbólica citadas por Heasbaert se consolidam nas características do território apropriado visto que a percepção materialista está ligada ao poder e o poder pode ser entendido através das territorializações existentes.

Nas duas praças os espaços territorializados são, além da igreja que está situada na praça Nossa Senhora do Rosário, os “quiosques” que são pontos fixos idealizados já na construção da praça. Estes quiosques foram comprados por comerciantes que apropriaram se do território através do capital e o organizam de acordo com sua finalidade.

Na figura 23 é possível observar o quiosque, territorialização fixa na praça Nossa Senhora do Rosário:

Figura 23: Quiosque lanchonete Luar do Sertão, praça Nossa Senhora do Rosário



Fonte: autoria própria, 2022

“É válido ressaltar que “a multiplicidade de territórios – e territorialidades – que podem conviver num mesmo espaço, alimentando ou não as lutas pelo território (HAESBAERT, 2004, p. 09)”.

Mediante a observação e relatos dos comerciantes que estão situados na praça, o convívio é pacífico e a luta por território não acontece no local, o território da praça por ser um espaço planejado entrega uma organização diferente da feira, por exemplo, os feirantes precisam delimitar seus pontos para que outros não invadam seu local e apropriem-se do território alheio.

A multiplicidade ocupacional do território (figura 24) se faz presente nos variados serviços disponíveis, contudo, com a organização por pontos fixos – quiosques - cada comerciante tem seu espaço e convivem próximos na extensão territorial da praça sem que haja disputas territoriais.

Figura 24: Territorializações na praça do Rosário



Fonte: autoria própria, 2022

Desde a construção do local são indescritíveis as formas de apropriação que já existiram sob a praça, quantos grupos e atores sociais usufruíram do território até o presente momento.

No que concerne à apropriação territorial foi evidenciado que as mesmas são um espaço socialmente partilhado, onde os atores e agentes sociais dividem aquele território apropriando se dos quiosques e fazendo deles seu lugar de trabalho formal.

Como a praça está localizada no centro da cidade ela tem um movimento constante. Ao observar a paisagem de ambas as praças é fácil perceber o lazer atrelado ao trabalho como a principal forma de funcionalização. Atrativo às famílias, estudantes e pessoas que praticam atividades físicas como retratado nas figuras 25 e 26.

Figura 25: Praça São Cristóvão



Fonte: Autoria própria, 2022

Figura 26: Quiosque na praça São Cristóvão



Fonte: Autoria própria, 2022

A partir da observação das figuras 25 e 26 podemos observar a apropriação do território da praça São Cristóvão para fins de lazer e socialização pela comunidade, por ser localizado em um bairro residencial e sem o fluxo constante do centro.

Locais como as praças são cercados de significados e simbologia, estes proporcionam uma relação de proximidade e afeição para quem faz uso frequente desses locais. Através de conversas sobre a relação desenvolvida com o território, as respostas de quem frequenta à praça São Cristóvão foram sobre a segurança e tranquilidade que o lugar oferece atrelados a proximidade de casa, para quem mora no bairro novo.

Desse modo, fica clara a importância das relações sociais estabelecidas através da territorialização de um espaço, este processo expande as formas de funcionamento do território e da cidade, visto que o território só se concretiza a partir dos seus usos e significados.

Sobre a relação do sujeito com o espaço público, Silva (2020, p. 48) diz que: “O espaço público passa a ser parte do seu eu aos poucos e na medida em que se apresenta valorizado no âmbito de seus hábitos, valores e escolhas cotidianas”. É com base nas palavras de Silva (2020) que é possível compreender o modo que se estabelece a relação de lugar com a comunidade que faz uso da praça, o hábito faz com que seja estabelecida a relação de pertencimento e proximidade com o lugar diariamente.

Talvez, pela característica de bairro residencial a praça ganhe mais significado para as pessoas que moram próximo em relação a outros locais mais distantes. Estes apegos se dão com a convivência e também com o passar do tempo, a rotina de convívio é essencial para a criação de laços com o lugar

3.2 Espaços territorializados junto à praça Nossa Senhora do Rosário e na praça São Cristóvão

“A gestão pública, aos olhos de uma visão geográfica, compreende o conjunto de ações de Estado que impactam na organização e na transformação do território (SILVA, 2020, p. 97)”. Com base nas palavras de Silva (2020) é possível compreender que além do sujeito social o estado é um modificador diretamente ligado a transformação do território. É por meio de projetos organizados pelo estado que surgem, por exemplo, as obras públicas.

É a partir do planejamento urbano que a cidade se organiza e seus limites são criados. Moraes (2005) escreve que:

O grande agente da produção do espaço é o Estado, por meio de suas políticas territoriais. É ele o dotador dos grandes equipamentos e das infra-estruturas, o construtor dos grandes sistemas de engenharia, o guardião do patrimônio natural e o gestor dos fundos territoriais. Por estas atuações, o Estado é também o grande indutor da ocupação do território, um mediador essencial, no mundo moderno, das relações sociedade-espaço e sociedade-natureza (MORAES, 2005, p. 43)

Com o planejamento territorial e o poder que o estado impõe sobre o território, as modificações sociais também vão surgindo. As obras de infra-estrutura urbana contribuem para trazer mais qualidade de vida aos cidadãos. Num viés crítico Geográfico podemos identificar essa manobra pública estadual como uma forma de territorializar o espaço que antes não tinha funcionalidade.

As praças públicas são um exemplo do poder do estado atuar sobre o território através do planejamento urbano e assim destinar estes locais à comunidade. Em relação à infra-estrutura das duas praças alvo dessa pesquisa, é perceptível que os locais foram planejados seguindo um modelo linear de espaço público comparado a outras praças da cidade.

As praças tem um ambiente totalmente aberto e sem restrição de horários de uso, nelas existem a presença de quiosques, bancos, mesas, coreto usado em apresentações culturais, aparelhos fixos de ginástica e locais verdes em seu entorno complementando a paisagem.

Ao tratar do contexto paisagem, é possível notar os diferentes usos que acontecem pelo dia, pela noite e em diferentes dias da semana. A paisagem vive em constante modificação e é perceptível com o exercício de observação do espaço geográfico.

Alves (2001) reforça a concepção de mudança da paisagem da seguinte forma:

A concepção de paisagem transforma-se – as paisagens são criadas pelas pessoas através da sua experiência e pelo seu envolvimento com o mundo que as rodeia – as formas de arte acompanham essa mudança. A velocidade da transformação assume uma dimensão que torna necessário recorrer a outros tipos de arte, como a fotografia ou o filme[...] (ALVES, 2001, p. 68).

Com a colocação feita pela autora, pode-se compreender o porquê da paisagem sofrer diferentes mudanças não só ao longo dos anos, mas também diariamente. Sendo o homem o principal modificador do território, os horários que este faz uso do espaço modifica o modo de percepção paisagística do espaço geográfico.

Ao relacionar esse conceito com a ocupação territorial das praças já citadas notamos diferentes formas de territorializações dependendo do horário que estes espaços são visitados.

A partir das figuras 27 e 28 é possível fazer o comparativo de ocupação do território durante o dia e à noite.

Figura 27: Territorialização por ambulante diurno na praça São Cristóvão



Fonte: Autoria própria, 2022

Figura 28: Territorialização por ambulante noturno na praça São Cristóvão



Fonte: Autoria própria, 2022

É possível perceber na figura 27 a territorialização do vendedor de caldo de cana que trabalha somente no horário da manhã. Já durante o período da noite (figura 28), o mesmo local é ocupado também por ambulantes dividindo o mesmo espaço com horários e públicos diferentes.

Com base em Heasbaert (2007) podemos entender esse movimento territorial como um movimento flexível, desta maneira:

Territorializações mais flexíveis, que admitem a sobreposição territorial, seja sucessiva (como nos territórios temporários ou espaços multifuncionais na área central das grandes cidades) ou simultaneamente (como na sobreposição "encaixada" de territorialidades político-administrativas relativamente autônomas) (HAESBAERT, 2007, p. 32).

Esse modelo de territorialização flexível, descrito por Heasbaert (2007) ocorre diariamente no território das praças já mencionadas. O conceito de território flexível se encaixa na flexibilização do território e nas múltiplas formas de uso que podem ocorrer no mesmo local e em um período de tempo curto, onde o lugar do ambulante vendendo caldo de cana horas depois é ocupado por outro ambulante dando uma nova funcionalidade ao território.

Desse modo, o território, seus usos e a própria paisagem se moldam conforme o decorrer do dia onde várias pessoas podem se apropriar desse território flexível conforme os seus objetivos. Diferente da praça Nossa Senhora do Rosário, a praça São Cristóvão possui uma quadra de esportes (figura 29), esta é reservada por horário para as equipes de futsal do bairro novo e outros bairros da cidade.

Essa forma de territorialização está ligada ao conceito de planejamento urbano citados anteriormente por Moraes (2005), onde o autor cita o poder que o órgão público detém sobre a organização da cidade e conseqüentemente dos espaços públicos visto que a partir da apropriação por parte da sociedade estes espaços públicos tornam se funcionais e consolidados no meio urbano.

Figura 29: Quadra de esportes (dia)



Fonte: autoria própria, 2022

A quadra de esportes foi idealizada pela gestão municipal e construída junto à praça São Cristóvão, assim como os quiosques e o coreto, territórios ocupados principalmente pela comunidade do bairro novo e moradores ao redor da praça. Durante o dia, a praça não costuma ser muito movimentada visto que a presença de ambulantes é mínima neste local, porém no período da noite ocorrem múltiplos usos no território pois é o horário de maior presença dos atores sociais no local.

Figura 30: Quadra de esportes (noite)



Fonte: autoria própria, 2022

Da mesma maneira ocorre com os quiosques (figura 31), pontos fixos no território da praça desde o projeto inicial e estão presente em ambas as praças, territorializados pelo capital, ou seja, as pessoas que são proprietárias do ponto compraram e fazem deste seu lugar de trabalho.

Figura 31: Territorialização dos quiosques na praça São Cristóvão



Fonte: autoria própria, 2022

Os pontos fixos são territorialidades delimitadas, com uma barreira separando seu metro quadrado em relação ao restante da praça. Todavia, em ambas praças existem os territórios delimitados por barreiras simbólicas, assim as pessoas que se apropriam de uma parte do território respeitam o local de trabalho do outro.

Esse contexto de diversidade territorial existente nas praças as torna local de múltiplos territórios, haja visto que existem diferentes interesses e formas de apropriações e controle existentes no mesmo espaço. Haesbaert defini esse poder controlador imposto pelo governo sob o território através do termo “territorialismo”, fundamentado nas políticas estatais como uma forma de domínio público e controle sobre os espaços e lugares urbanos (HAESBAERT, 2007).

Assim, onde há territorialização por ambulantes na praça Nossa Senhora do Rosário, o poder público age através da cobrança de impostos anuais para que os mesmos

possam usufruir do território regularmente e vender sua força de trabalho. Os comerciantes relatam que a taxa faz com que eles tenham mais segurança no local e previne também que outro ambulante venha a ocupar seu espaço, como podemos perceber nas figuras 32 e 33 os food truck presentes na praça.

Figura 32: Food Truck 1 na praça Nossa Senhora do Rosário



Fonte: autoria própria, 2022

Figura 33: Food Truck 2 na praça Nossa Senhora do Rosário



Fonte: autoria própria, 2022

Os Food Truck estão presentes na praça Nossa Senhora do Rosário a partir de recursos dos próprios comerciantes, estes não compraram um quiosque através da prefeitura, porém desempenham a mesma funcionalidade no território.

Na figura 34, a territorialização do espaço foi feita pelo empreendedor que ocupou uma parte do território da praça onde antes, segundo relato do mesmo, era um jardim e foi concedido pela prefeitura um alvará de funcionamento através do pagamento de impostos mensais para a fixação da pizzaria no local.

Figura 34: Pizzaria montada na praça Nossa Senhora do Rosário



Fonte: autoria própria, 2022

Essa forma de territorialização trouxe um novo significado para o local e uma nova forma de ver a paisagem. Não foram localizados arquivos fotográficos do local antes da ocupação da pizzaria, todavia o local já é consolidado no território e faz parte da memória da praça visto que já está fixado ali há quatro anos.

Todavia, como acontece a flexibilização do território na praça São Cristóvão durante o dia ocorrem também a flexibilização do território na praça Nossa Senhora do Rosário. A partir disso, surgem novas formas de territorialização em diferentes horários do dia por parte dos ambulantes da praça como podemos perceber na figura 35.

Figura 35: Territorialização de ambulantes pelo dia



Fonte: autoria própria, 2022

O território dos ambulantes, vendedores de lanches, é concentrado na parte da manhã e início da tarde horário que existe um movimento ativo no entorno da praça. Estes relataram fazer uso da praça há vários anos e os mesmos organizam seu espaço diariamente por não ter um quiosque ou food truck para deixar fixo no território. Para além dos ambulantes, existem as territorializações destinadas a cultura da comunidade através dos coretos existentes em ambas as praças.

Segundo Barthel (2021):

“A etimologia da palavra diz que coreto é uma espécie de coro, construído ao ar livre, para concertos musicais ou um tipo de quiosque construído ao ar livre. As funções eram várias, mas principalmente os coretos serviam para embelezar e ornamentar praças públicas[...] (BARTHEL, 2021, p. 2)”.

Esta territorialização por parte dos coretos ainda é presente na cidade no território destas praças, e assim como citou o autor eles são uma construção estética e tradicional

presente em praças públicas. Estes são destinados principalmente a cultura, como locais de apresentações culturais por exemplo expostas nas figuras 36 e 37.

Figura 36: Coreto na praça São Cristóvão



Fonte: autoria própria, 2022

Figura 37: Coreto da Praça Nossa Senhora do Rosário



Fonte: autoria própria, 2022

Assim, é notável a diversidade territorial existente nas formas de territorialização da praça Nossa Senhora do Rosário em relação à praça São Cristóvão, visto que ao observar a dinâmica de ocupação do território em ambas as praças. Pude perceber a relação de lazer bastante presente na segunda praça citada já a primeira possui uma ocupação territorial maior por parte dos ambulantes durante a semana, visto que os momentos de maior ocupação para lazer foram perceptíveis aos finais de semana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sobre a territorialização do espaço está diretamente ligado ao processo de sociabilização do território, visto que os espaços públicos são locais de encontro e partilha de vivências coletivas. Ficou claro que é com base nessas vivências coletivas que surgem as territorialidades, e estas podem aparecer de diversas maneiras no mesmo local.

O primeiro capítulo traz a concepção de noções, usos e territorializações no espaço público colocando em ênfase o homem como o principal transformador do território. Este faz os espaços sociais em geral serem locais de reprodução social, porém é no espaço público urbano que estas reproduções sociais se desenvolvem amplamente.

Assim, podemos citar o processo de interação dos sujeitos sociais presentes no espaço público urbano como a chave para o processo de territorialização.

Desse modo, podemos compreender que o território se torna local de apropriação baseado parte do poder imposto sob ele. Essas formas de apropriação podem ser materiais, a partir de barreiras físicas delimitando o território ou simbólica por meio de grupos sociais que o ocupam fazendo com que o território se torne fragmentado a partir destas relações de poder existentes.

O segundo capítulo trata a respeito da afirmação histórica da cidade de Delmiro Gouveia, foram citados os principais locais públicos da cidade fazendo um comparativo evolutivo espacial. Recordando o marco evolutivo que o território teve a partir da chegada do senhor da pedra, Delmiro Gouveia, que apropriando se do então vilarejo Pedra situado às margens da linha férrea usou da proximidade com o Rio São Francisco para impor seu poder transformador ao território.

Desde então o surgimento da fábrica de linhas, hoje extinta, a reterritorialização e expansão da feira livre, assim como o comércio local trouxeram a modernização necessária à época para a cidade e surgiram novos territórios e territorializações na cidade.

No terceiro capítulo, são compreendidas as formas de territorialização que acontecem nas referidas praças. A importância da observação da paisagem destes locais juntamente com momentos de diálogo com quem as frequenta e com os ambulantes me proporcionaram chegar à conclusão de como estes espaços foram ocupados e seu principais usos.

Foi constatado que além do lazer, as praças servem de ambiente de trabalho pelo dia e pela noite para os ambulantes que as rodeiam, este vínculo traz sentido de poder e controle territorial tanto por parte da prefeitura, que cobra impostos pela permanência na

localidade pública, como também dos ambulantes que ocupam o território de maneira flexível a permanência no local, isso torna estes locais de múltiplas percepções a partir da observação da paisagem.

Assim, os espaços públicos citados neste texto são carregados de significado para quem utiliza rotineiramente dos mesmos, são locais estruturados no contexto urbano da cidade e essa característica faz com que as pessoas criem laços com o território usado.

As territorialidades identificadas nas praças Nossa Senhora do Rosário e São Cristóvão serviram de norte para a compreensão de como estes espaços funcionam e como a comunidade se apropria deles, os ambulantes ou como o estado o territorializou.

Os resultados da presente investigação apresentam a importância da observação do espaço geográfico em geral. O exercício de observação juntamente com o arcabouço teórico, contribuíram para entender o processo de formação territorial de um espaço público, tendo como exemplo as praças citadas. Tal entendimento se deu por meio do processo de desenvolvimento da cidade e a partir do surgimento destas territorialidades, que se consolidaram pela participação ativa da comunidade em geral.

No mais, o trabalho contribuiu para um contato mais aprofundado com a iniciação à pesquisa científica e foi uma tarefa positivamente desafiadora. Ele com que se conseguisse ver o território das praças a partir do olhar crítico geográfico, isso só foi possível pelo empenho em ler o que a realidade local tem a oferecer ao pesquisador.

O trabalho científico é muito importante para refletir sobre a vida docente. Assim como o pesquisador, o professor está sempre em busca de aprendizado e dedicação para oferecer o melhor na sala de aula. O espaço geográfico em geral é como uma grande sala de aula e esta foi a minha maior motivação ao escolher a categoria território para esta pesquisa.

Para concluir, espero que esta investigação sirva para que futuros pesquisadores se interessem pelo tema e venham a desenvolver mais pesquisas na área da geografia urbana que é essencial na relação de poder que o homem impõe sob o território.

REFERÊNCIAS

ALBAGLI, Sarita. Território e territorialidade. **Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Rio de Janeiro: **Relume Dumará**, p. 23-69, 2004.

ALVES, Teresa. **Paisagem em busca do lugar perdido**. *Finisterra*, v. 36, n. 72, 2001.

BARTHEL, Stela Gláucia Alves. **ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE CORETOS**. *ARCHITECTON – Revista de Arquitetura e Urbanismo*, v. 6, n. 10, 2021.

GOMES, Paulo Cesar da costa. **Espaço público, espaços públicos**. *GEOgraphia*, v.20, n. 44, p. 115-119, 2018.

DE SOUZA NUNES, Fernando. **O espaço público na dinâmica da paisagem da Praça Morena Bela da cidade de Serrinha-BA**. *Geografia Ensino & Pesquisa*, v.16, n. 3, p. 49-62, 2012.

FERREIRA, Jurandyr Pires; **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. XIX Volume. Rio de Janeiro, **IBGE**, 1959.

FUINI, Lucas Labigalini. **O território em Rogério Heasbaert: concepções e conotações**. *Geografia, Ensino & Pesquisa*, v. 21, n. 1, p. 19-29, 2017.

GEHLEN,IVALDO. Atores sociais. **Organização social e movimentos sociais rurais**. **Porto Alegre: Ed. da UFRGS**, 2018. p. 39-53, 2018.

GOMES, Adalberto. Adalberto Gomes Notícias, 2016. Calçada do Povo em Delmiro Gouveia completa 22 anos de construção. Disponível em: <http://www.adalbertogomesnoticias.com.br/2016/04/calcao-de-delmiro-gouveia-completa-22.html>. Acesso em: 12 de outubro de 2022.

GONÇALVES, Alberto Cosme, 1950 – **Delmiro Gouveia: Era uma vez no Sertão... Ribeirão Preto: Fábrica dos Sonhos**, 2010.

GUEDES, Éllida Neiva. **Espaço público contemporâneo: pluralidade de vozes e interesses**. BOCC, v. 1, p. 1-16, 2010.

HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre, 2004.

HAESBAERT, Rogério. **Território e multiterritorialidade: um debate**. GEOgraphia, v. 9, n. 17, p. 19-45, 2007.

MAGALHÃES FILHO, Francisco. Agentes Sociais no Paraná. **Revista Economia & Tecnologia**, v. 6, n. 3, 2010.

MESQUITA, Cleunice Gelesky. **A praça como espaço público: um estudo de caso na cidade de Tubarão-SC**. 2015.

MORAES, Antonio CR. **Ordenamento territorial: uma conceituação para o planejamento estratégico. Para pensar uma política nacional de ordenamento territorial**. Brasília: Ministério da Integração Nacional, p. 43, 2005.

NASCIMENTO, Edvaldo Francisco do. **Delmiro Gouveia e a educação na pedra/ 4. ed.** – Maceió: **Imprensa Oficial Graciliano Ramos**, 2018.

SANT'ANA, Moacir Medeiros de. **Bibliografia anotada de Delmiro Gouveia, 1917 – 1994. Precedida do ensaio biográfico “Delmiro Gouveia, o precursor da CHESF”**. Recife: **Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – CHESF**, 1996. 126 p.: il.

SANTOS, Milton [1996]. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. 4. Ed 7ª reimpr. São Paulo: **Editora da Universidade de São Paulo**, 2012.

SANTOS, Milton. **Manual de Geografia Urbana.** – 3.ed., 1. reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2008, 232p. (coleção Milton Santos; 9).

SANTOS, Milton. **O Dinheiro e o Território.** **GEOgraphia** – Ano. 1 – No 1 – 1999, p. 07 – 13.

SANTOS, Milton. O lugar: encontrando o futuro. **Revista de urbanismo e arquitetura**, v. 4, n. 1, 1996.

SANTOS, Milton. **O território e o saber local: algumas categorias de análise.** **Cadernos Ippur**, v. 2, p. 15-25, 1999.

SANTOS, Milton. **Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método.** **Boletim Paulista de Geografia**, n. 54, p. 81_100-81_100, 1977.

SANTOS, Milton; **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012. 6. ed. 1 reimp.

SERPA, Angelo. **O espaço público na cidade contemporânea.** Editora Contexto, 2007.

SILVA, Kleber Costa da. **Lições de Geografia Urbana: reflexões sobre usos sociais do espaço público em Delmiro Gouveia.** 1ª ed. Delmiro Gouveia: Agbook; Clube de Autores, 2020. 156p.

SILVA, Roberto Bandeira da. **Vila da Pedra: Fotografia e história.** Maceió: Edição do Autor, 2016.